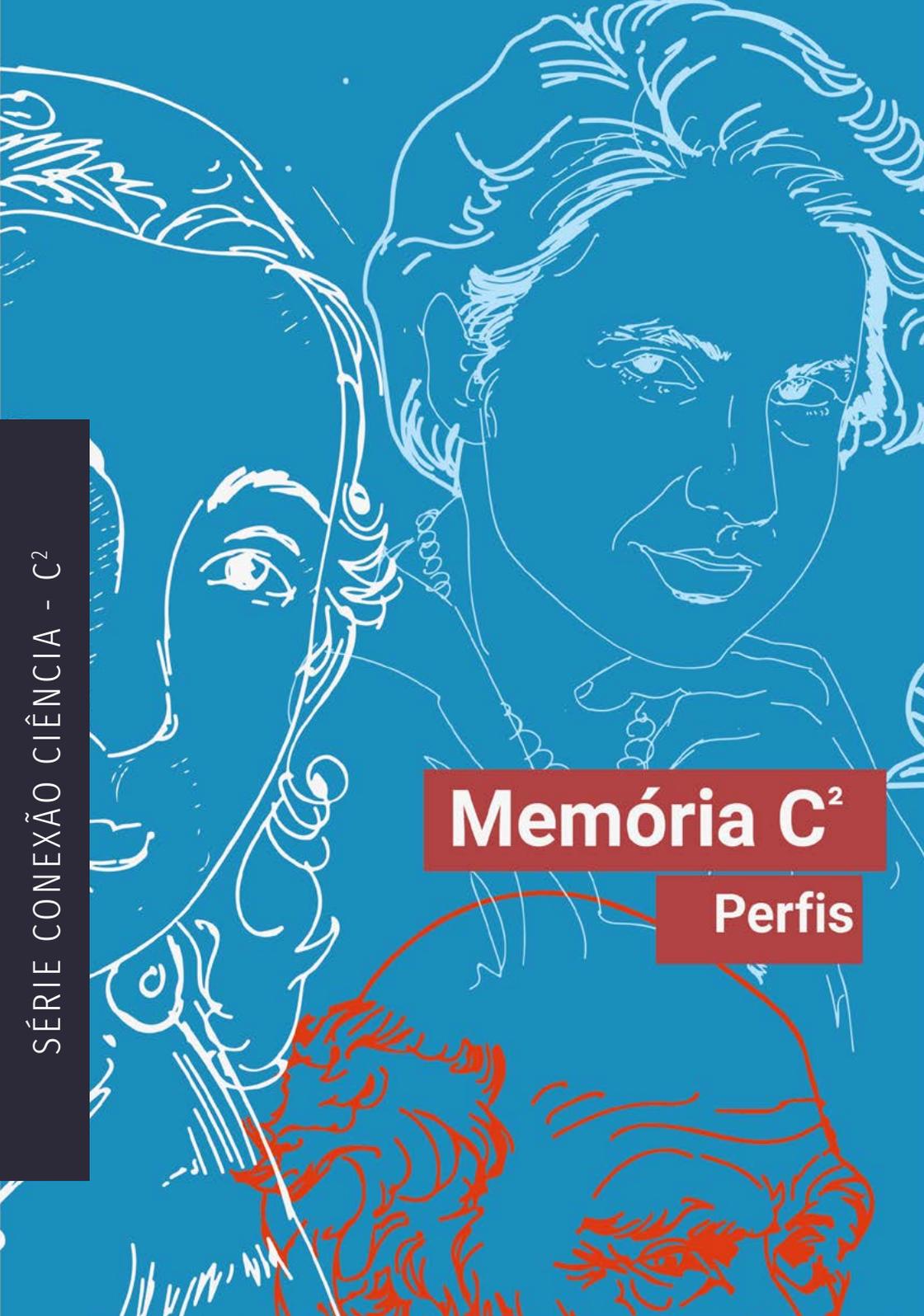


SÉRIE CONEXÃO CIÊNCIA - C²

Memória C²

Perfis



MEMÓRIA C²

PERFIS

Débora de Mello Gonçalves Sant' Ana

Tiago Franklin Rodrigues Lucena

Ana Paula Machado Velho

Organizadores

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Museu Dinâmico Interdisciplinar (MUDI)

2022

ISBN: 978-65-00-62299-7

Copyright© 2022 by Conexão Ciência - C²

Todos os direitos para a língua portuguesa reservados pela editora. Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, guardada pelo sistema "retrieval" ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, seja eletrônico, mecânico, de fotocópia, de gravação ou outros, desde que autorizado previamente, por escrito, pela editora.

Conexão Ciência - C²

Responsável pela série: Ana Paula Machado Velho

Diagramação/Bolsista

Andrea Tragueta

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Memória C² [livro eletrônico] : perfis /
organização Débora de Mello Gonçalves
Sant' Ana, Tiago Franklin Rodrigues Lucena,
Ana Paula Machado Velho. -- Maringá, PR :
Ed. dos Autores, 2023. -- (Série conexão
ciência - C² ; 2)
PDF

Vários autores.
ISBN 978-65-00-62299-7

1. Divulgação científica 2. Ciências - Pesquisa
3. Mulheres cientistas 4. Pesquisa científica
I. Ana, Débora de Mello Gonçalves Sant'. II. Lucena,
Tiago Franklin Rodrigues. III. Velho, Ana Paula
Machado. IV. Série.

23-145076

CDD-500

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres na ciência : História 500

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

APOIO

**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SUPERINTENDÊNCIA GERAL
DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E ENSINO SUPERIOR



**Pró-Reitoria de
Extensão e Cultura**

8**Viviani Dourado: enfermeira do HUM e mulher em defesa da vida***Rafael Donadio***16****Solange Martins: batalhadora, guerreira e disposta a viver***Rafael Donadio***22****Daniela Matsumoto: pediatra filha de técnica de enfermagem que sempre viveu perto do Hospital onde hoje trabalha***Ana Paula Machado Velho e Noth Camarão***30****Cátia Millene Dell’Agnolo: a menina que decidiu ser enfermeira para virar marinheira***Noth Camarão***36****Marivânia Conceição Araújo: a ciência não tem cor***Noth Camarão***44****Josiane Oliveira: consciência com ciência***Noth Camarão***50****Lavi: a ponte entre imigrantes e o mercado de trabalho***Maria Eduarda de Souza Oliveira e Milena Massako Ito*

58**Jeane Eliete Laguila Visentainer: a menina que queria ser professora e cientista***Silvia Calciolari***63****Érika Seki Cotica: a tempestade perfeita entre maternidade, docência e laboratório***Silvia Calciolari***69****Lígia Carreira: uma defensora das mulheres e do SUS***Silvia Calciolari***75****Paula Natali: das brincadeiras ao Brincadeiras***Rafael Donadio***81****Amalia Donegá: uma vida dedicada à justiça, à educação e à ciência***Rafael Donadio***87****Isadora Vier: da dificuldade é possível tirar força para lutar pela UEM e pelas mulheres***Rafael Donadio***93****Glaucia Valeria Pinheiro de Brida: formada pela força e pela luta dos professores estaduais 95***Rafael Donadio***99****Delton Aparecido Felipe: a construção de um cientista negro***Rafael Donadio*

Pessoas fazem acontecer

Desenvolver ações de divulgação da ciência e da tecnologia, por meio da veiculação de produtos midiáticos. Esse é o objetivo principal do Projeto Conexão Ciência – C², o embrião da Rede Paranaense da Popularização da Ciência – Repopar.

A iniciativa foi estruturada por duas cientistas, no início de 2021. Por meio de uma parceria com a equipe da Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (Seti), a Rede começou a ser desenhada em junho daquele ano. A negociação foi feita por mim, então pró-reitora de Extensão e Cultura, da UEM, Débora de Mello Sant’Ana, coordenadora sênior do projeto. Os recursos investidos apoiaram a concessão de bolsas para dois graduados e um graduando da área de Comunicação.

Assim, foi sendo formada a equipe do C², que teve como coordenadora executiva a jornalista e então assessora de Comunicação e Divulgação Científica da PEC/UEM, Ana Paula Machado Velho.

O grupo propôs um modelo novo de narrativa para a experiência em DC: a narrativa multimídia. O jornalista Guttembergue Lima Jr. desenvolveu a estrutura digital para o C². O site foi materializado na plataforma Wordpress para abrigar uma produção midiática, em fluxo contínuo.

A coordenadora executiva e o outro jornalista bolsista, Rafael Donadio, sistematizaram um modelo de narrativa

específico para o C², com característica multimídia. A bolsista graduanda, Milena Massako Ito, apoiou a produção textual e foi responsável pela organização da dinâmica de produção, que contou com três grupos, formados por redator, produtor de áudio e produtor de vídeo.

Essas funções foram assumidas por alunos do curso de Comunicação e Multimídia e Letras da UEM, que foram bolsistas de outros projetos da PEC, mas encamparam a proposta do C2 de forma voluntária. Os graduandos foram supervisionados pelo orientador do projeto, Tiago Franklin Rodrigues Lucena, professor do curso de Comunicação e Múltiplos da UEM. Ele também coordenou a participação de outros alunos de múltiplos e Artes Visuais, que produziram artes e outros materiais gráficos exclusivos, como infografias e quadros, para a abertura das reportagens produzidas para a plataforma de DC.

Com isso, o C² contribuiu para a preparação de profissionais que pudessem ser os reprodutores das ações, facilitando a implementação da Repopar, em uma segunda fase.

Essas pessoas falaram sobre muitas outras pessoas nas reportagens produzidas nos dez meses de atividades. Foram muitos perfis, especialmente de mulheres cientistas. Esse material fez parte de edições especiais que tiveram como objetivo incentivar meninas para entrarem na carreira científica, por meio de histórias de pesquisadoras de sucesso.

Este ebook reúne estes. Por meio deles, podemos conhecer um pouco mais da alma da UEM, que são as pessoas que a fazem. Aproveite!

DÉBORA DE MELLO SANT'ANA

Professora e divulgadora científica

Coordenadora Sênior do Conexão Ciência - C²

PERFIS

Viviani Dourado: enfermeira do HUM e mulher em defesa da vida

A maringaense não consegue desvincular a atuação no mundo da ciência da profissional de enfermagem

Texto: Rafael Donadio



© Conexão Ciência Arte: Murilo Moliva

Com o canto de calopsitas ao fundo, Viviani Guilherme Dourado atende à chamada de vídeo, em casa, no meio dos seus preciosos dias de férias, e se emociona logo nas primeiras palavras. “Eu estou muito emotiva essa semana. Eu marquei de conversarmos hoje, porque cheguei de viagem ontem, mas vamos lá”, explica. Porém, o ponto de interrogação continua na cabeça da pessoa do outro lado, eu... E ela, então, começa: “Eu nasci em Maringá e vivi toda minha vida aqui. Sou a mais velha de três irmãs”.

Viviani morou em uma casa na Zona 5, desde os primeiros dias de vida, na década de 1970, quando ainda não havia asfalto na região, até o dia em que se casou. Quando menina, as brincadeiras com as irmãs e os amigos se concentravam no amplo quintal, apesar do pequeno tamanho da casa. Isso porque, quase não haviam crianças na vizinhança. Ela descreve a infância como “muito boa e familiar”, apesar do pai estar, muitas vezes, ausente, por causa do trabalho: caminhoneiro. “Mas nos momentos em que ele estava com a gente, era muito bom, era gostoso”, lembra ela.

Com uma diferença de idade de quatro anos em relação à irmã do meio, Viviani estudou até o terceiro ano do ensino fundamental em escola particular. Assim que as outras duas atingiram a idade escolar, as três foram para uma escola pública, próxima de onde moravam, por questões financeiras e pela facilidade de transporte. Para elas, a mudança para a Escola Estadual Odete Ribaroli Gomes de Castro não poderia ter sido melhor. “Quando chegamos, tivemos uma surpresa enorme, positivamente. A escola tinha melhor qualidade, professores muito mais capacitados e atividades muito mais diversas que a anterior”, conta a primogênita.

Lá, Viviani terminou o ensino fundamental e foi para o Colégio Estadual Alberto J. Byington Jr., onde fez o primeiro ano do ensino médio. Durante o segundo ano, em 1990, os servidores entraram em greve e ela e as irmãs ficaram três meses sem aula, em casa. Os pais, então, se reuniram, ajustaram algumas despesas, fizeram ainda mais esforços e levaram as três para o ensino particular, no Colégio Santa Cruz.

“Foi uma realidade bem diferente. A gente era julgada, porque realmente a gente era simples, não tinha tênis e roupa de marca. Eu cheguei a ver colegas cochichando e apontando para o meu tênis. Mas não

foi nada que nós não tenhamos superado. A gente chegava em casa e tinha apoio”, descreve Viviani.

As calopsitas continuam tagarelando ao fundo, incansáveis, enquanto ela conta como conheceu Edilson, o namorado que, futuramente, seria seu marido e pai de suas duas filhas: Isadora e Heloisa. O cupido foi a irmã dele, amiga de Viviani e xará dela. “Nos conhecemos e começamos a namorar em 1990, mas, a partir de 1991, a gente teve uma lacuna, amadurecemos um pouco, nos afastamos e depois, em 1994, voltamos e estamos juntos até hoje”, conta.

No meio da história de amor, ela precisou escolher o curso que faria na graduação. Muito influenciada pela família do pai, com tios e primos médicos, dentistas e farmacêuticos, Viviani mirou a área da saúde. O pai dela queria muito que ela fizesse Farmácia. Inclusive, chegou a prestar e a passar no vestibular, mas, ainda indecisa, pediu um pouco de compreensão e tempo para fazer seis meses de cursinho e decidir a carreira com mais calma. Depois de algumas pesquisas, ela viu realmente que se encaixava mais na Enfermagem, curso que já “namorava” desde pequena. Aos 8 anos, fazia curativos e dava milhares de injeções em sua boneca.



Viviani Guilherme Dourado (ASC/UEM)

A família ficou contrariada, mas ela sempre teve a liberdade de escolher. As únicas exigências eram: tinha que ser em Maringá e em instituição pública. Ou seja, na Universidade Estadual de Maringá (UEM). A vestibulanda tentou, então, mais uma vez. Passou em primeiro lugar e, em 1993, começou o curso de Enfermagem, na UEM. Ela aproveitou o máximo que pôde e tirou todo o conhecimento que foi possível nos quatro anos de faculdade. Fez parte de projetos de extensão, em que realizava plantões extracurriculares em hospitais, foi bolsista, participou de congressos e tantas outras coisas.

Ao se formar, Viviani não fechou as portas para nenhuma possibilidade de trabalho, mas tinha preferência por duas áreas específicas dentro da enfermagem: saúde pública e obstetrícia. Saiu da faculdade contratada em dois empregos, mas logo prestou concurso para o Hospital Universitário Regional de Maringá (HUM). Ficou em terceiro lugar geral e foi chamada em julho de 1997, junto às outras duas pessoas melhores colocadas, com quem ainda trabalha.

Ela começou no período noturno, mas logo foi transferida para o diurno, atendendo no pronto atendimento e no ambulatório. No ano seguinte, fez uma especialização na Universidade de Ribeirão Preto, em Administração dos Serviços de Saúde, em que analisou a caracterização das pessoas atendidas no Serviço de Planejamento Familiar do Hospital Universitário de Maringá.

Como servidora do HUM, começou a se encontrar na obstetrícia, principalmente, durante a participação voluntária em um projeto do próprio hospital, em que fazia o atendimento pré-natal de gestantes de baixo e alto risco. Várias portas foram abertas a partir desse momento, o que a levou à especialização em Enfermagem Obstétrica, no próprio Departamento de Enfermagem da UEM, ligada ao Ministério da Saúde, que foi realizada em 2002 e 2003. Apesar de já ser mãe de Isadora, Viviani contou com o apoio do marido durante os atendimentos que realizava fora da cidade durante a pós.

Logo em seguida, já no próximo ano, Viviani entrou para a primeira turma do mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, e defendeu a dissertação em 2005. “A gente tinha poucos profissionais

com mestrado naquela época, então tinha muita oportunidade de trabalho e eu acabei voltando a ter dois empregos e a trabalhar muito. Eu tive a oportunidade de dar aula e fui. Mas, meses depois, acabei engravidando da minha segunda filha e eu digo que ela é meu doutorado, que está completando 15 anos em abril”, relata Viviani, bem humorada.

Apesar de levar o assunto de forma “leve”, ela reconhece as dificuldades que as mulheres enfrentam por serem mais responsáveis que os homens pelas obrigações da família. “Os compromissos das mães com as crianças e com a casa sempre é, de modo geral, maior que dos homens. Lá atrás, no século passado, quando nós [mulheres] começamos a exigir direitos iguais, o movimento foi apenas nosso e fizemos muito bem, mas o contrário não aconteceu, os homens não participaram. Então, está cada dia melhor, mas as mudanças acontecem muito gradativamente”, diz a mãe de Isadora e Heloisa.

Reconhecendo seus privilégios, ela lembra: “A gente está falando de uma casa como a minha, com pai, mãe e filhos. Mas sabemos que, na grande maioria, dependendo da realidade, as casas são compostas pela mãe e pelos filhos. A mãe tem assumido todas as obrigações”.

VIVIANI GESTORA

No hospital desde 1997 e com experiência e qualificações necessárias, Viviani tornou-se, em 2012, presidente do Comitê Hospitalar de Prevenção da Mortalidade Materna do HUM e representante do Hospital nas reuniões municipais e regionais. Ela recorda que ninguém queria participar, porque teria que lidar com assuntos delicados, como mortes prematuras de mães e recém-nascidos. Mas ela achou importante fazer parte e se dedicar ao Comitê, porque essas organizações são responsáveis por ajudar a entender o cenário e os fatores que levam a esses problemas, apontando caminhos possíveis para a prevenção. Dessa forma, explica a presidente, é possível que a equipe do Hospital Universitário evite que outras mulheres e outros bebês morram pelos mesmos motivos.

Viviani acredita que esse envolvimento deu maior visibilidade a ela dentro do hospital, no município de Maringá e, também, na 15ª Regio-

nal de Saúde. Diante disso, na gestão do Dr. Mauricio Chaves Junior, na Superintendência do Hospital Universitário Regional de Maringá, de 2014 a 2018, Viviani foi convidada a assumir um cargo de chefia. Na gestão atual, da doutora Elisabete Mitiko Kobayashi, de 2019 a 2022, Viviani passou a ocupar o cargo de Diretora de Enfermagem.

“Quando a Dra. Bete me fez o convite, eu tinha muito receio e muito medo, porque eu sentia que ia ser um período difícil, mas, eu decidi abraçar a causa e trabalhar com a equipe”, relata a diretora.

PANDEMIA

Viviani sabia que as propostas da futura superintendente eram boas, com melhorias para o hospital, uma equipe muito bem preparada, então, era nesse sentido que ela sabia que enfrentaria muitos desafios. E realmente tem enfrentado, mas são desafios muito mais difíceis do que ela ou qualquer outra pessoa no mundo conseguiria imaginar. Em março 2020, no segundo ano de gestão, a pandemia chegou ao Brasil.

“A gente fez e está fazendo o melhor que conseguimos diante das adversidades, que eram completamente desconhecidas. E apesar de tudo isso, conseguimos evoluir e dar alguns passos a diante”, explica, otimista, mas ainda lembrando de algumas marcas que o período deixou em toda a equipe: “Até hoje, eu participei de velório e sepultamento de quatro servidores da Diretoria de Enfermagem, dois deles por Covid-19, e isso é apenas um item, entre tantos outros que a gente viveu”.

Apesar de ocupar um cargo de gestão, Viviani nunca se afastou do atendimento. Por isso, ela também viveu de perto as dificuldades da equipe do HUM e todos os outros profissionais da linha de frente. Pessoas que receberam agradecimentos incontáveis vezes de gente do mundo todo, com palmas da população nas janelas durante o *lockdown*; mensagens, comidas, mantimentos, doações de Equipamentos de Proteção Individual (EPI); cartazes com mensagens de amor e incentivo, parabenizando e agradecendo pessoalmente, quando possível. Essas pessoas trabalharam diariamente nos piores dias da pandemia, muitas vezes, precisando se afastar da família por dias, semanas e meses.

“Essa turma foi muito guerreira e lutou demais. Todos os profis-

sionais se mantiveram firmes. Em quem ficou trabalhando durante a pandemia e enfrentou isso tudo, eu vejo a fortaleza, a resistência, o sentimento de vitória. Esses profissionais estão muito mais fortes, com certeza”, descreve a enfermeira e diretora Viviani. Ela e muitos outros precisaram de apoio emocional, mas também tiveram de ser apoio para funcionários, pacientes e familiares. Somado a tudo isso, temos ainda o simples fato (pelo menos, deveria ser simples) de ser mulher.

Viviani, pessoalmente, não diz sofrer muito com a desigualdade de gênero, por dois motivos principais, entre outros: a sua área profissional é predominantemente feminina e o seu cargo é público. Portanto, ela acredita que a questão de gênero fica à margem, diferentemente do que acontece na área privada. Mas mesmo assim, na gestão, ela sente que existe a necessidade de a mulher sempre mostrar que é capaz e que consegue assumir as responsabilidades do cargo.

“Eu vim de uma família muito feminina e cresci com a minha mãe dizendo que eu tinha que ter minha independência e que tinha que fazer acontecer por mim mesmo, independentemente de qualquer outra pessoa. Eu sinto que os caminhos que eu e minhas irmãs trilhamos foram muito parecidos, na questão da independência”, cita ela.

Viviani diz, também, que não consegue desvincular a mulher da ciência e da Enfermagem. Acredita que a mulher, a enfermeira, a pesquisadora e a profissional dentro dela estão arraigadas e se complementam. E conclui: “Sou forte porque sou mulher, enfermeira e profissional”. E, além disso, como mãe e esposa, ao chegar em casa, ela consegue repor a energia, porque é recebida com beijos e abraços do marido, das filhas e dos animais de estimação. Rotina que se repetiu, inclusive, nos períodos mais difíceis da pandemia, após todos os cuidados com as roupas e a higienização, obviamente.

Quando perguntada sobre o constante e lindo canto dos pássaros ao fundo durante toda a conversa, Viviani conta que sempre teve animais de estimação: peixes, cachorros, porquinho da Índia e canários. Mas agora, ficaram apenas as duas calopsitas e uma cachorra idosa, que, provavelmente, estava “dormindo em algum lugar da casa”. Novamente ela se emociona e explica que, a partir de agora, dariam um tempo com

os pets, porque teriam uma nova rotina, com mais tempo fora de casa, porque Isadora, determinada como a mãe, resolveu cursar Medicina em outra cidade, apesar de todas as outras propostas de Viviani. A viagem dos dias anteriores foi, exatamente, para levar a filha mais velha para iniciar a vida longe de casa. É mesmo de emocionar qualquer mãe, não é?



Viviani ainda bebê (Arquivo pessoal)



Conexão Saúde - T1 E4 - Papanicolau - Episódio 4 ↻

Conexão Ciência C²



O conteúdo desta página foi produzido por

Texto: Rafael Donadio

Arte: Murilo Mokwa

Revisão: Ana Paula Machado Velho

Supervisão de Arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutembergue Junior

PERFIS

Solange Martins: batalhadora, guerreira e disposta a viver

Para a diretora de Farmácia e Análises Clínicas do HUM é preciso que a gente faça o que gosta

Texto: Rafael Donadio



© Comissão Ciência Arte: Maria Moliva

“Eu acho que a vida é muito curta, então, a gente tem que fazer o que a gente gosta e o que faça a gente feliz”. Essa é a máxima na vida de Solange Cardoso Martins, farmacêutica bioquímica, atual diretora de Análises clínicas e Farmácia Hospitalar, do Hospital Universitário Regional de Maringá (HUM). Isso não significa que ela sempre soube do que gostava e logo pegou o caminho mais curto para suas paixões.

Nos primeiros meses da pandemia, por exemplo, com 51 anos de idade, buscando algo que a tirasse de casa e a fizesse se movimentar, Solange descobriu um novo amor em sua vida, que a levou a descobrir novos caminhos e percorrer quilômetros por estradas secundárias da região de Maringá. Conhecendo cachoeiras, zona rural e lugares pouco explorados. Em abril de 2020, a paranaense de Santa Isabel do Ivaí descobriu o ciclismo e, hoje, como ciclista amadora, não consegue mais imaginar sua vida sem a bike.

O mesmo aconteceu com a profissão. A escolha pelo curso de graduação veio por exclusão e afinidade. “Não teve nada que chegou a ser meu sonho de fazer, mas acabei prestando vestibular para Farmácia e Bioquímica. Eu fiz o curso, depois fiz habilitação em Análises Clínicas e me identifiquei, não pela parte da farmácia, mas pela parte de análises clínicas”, relata Solange. Com 17 anos de idade, ela começou o ensino superior na Universidade Estadual de Maringá (UEM).



Solange Cardoso Martins (ASC/UEM)

Logo depois de formada, voltou para a cidade natal para trabalhar no laboratório municipal. Mas a permanência em Santa Isabel do Ivaí foi curta. Em 1992, um ano depois, ela já estava de volta à Cidade Caçango, trabalhando no Laboratório Carlos Chagas, de um ex-professor da UEM, Celso Nakamura. O retorno não agradou muito o pai de Solange, o português José Martins. Ele, que tinha vindo ao Brasil tentar uma vida melhor, no fim da década de 1950, ao lado da esposa e da filha mais velha, que embarcaram dois anos depois dele. Todos não conseguiam entender a decisão da filha em sair de um emprego, em que ganhava sete salários mínimos, e ir para outro, onde ganharia cinco salários mínimos. Mas, determinada, ela continuou atrás da nova paixão, a análise clínica.

Após dois anos no Carlos Chagas, Solange prestou concurso para o HUM. “Tem um episódio bastante engraçado sobre isso: eu e a Márcia (colega de faculdade e do laboratório) resolvemos fazer o concurso, mas a gente ia fazer escondida do nosso patrão, que era o professor Celso. Então, ninguém falou nada, só que o setor dele no HUM era um dos que tinham solicitado o concurso. A gente deu uma desculpa bem esfarrapada, do porquê as duas não iam trabalhar naquela tarde, mas era óbvio que ele sabia o porquê”, conta ela, rindo. As duas passaram.

Tudo aconteceu como deveria acontecer, ela continuou trabalhando com o que amava. “Aqui (no HUM), eu fui desenvolvendo e me apaixonando cada vez mais pela análise clínica”, diz Solange. Ela trabalhou dois anos no laboratório particular e, concomitantemente, no Hospital Universitário. No mesmo período, ela se casou, começou uma especialização em Ciências da Saúde, na UEM, e teve a primeira filha, o que a fez, então, largar o emprego no Carlos Chagas.

Em 2002, começou o mestrado em Ciências Biológicas (Biologia Celular), também na UEM. Foi na mesma Universidade e também em Ciências Biológicas (Biologia Celular) que fez o doutorado, defendido em 2015, orientada pelo antigo chefe e professor, Celso Nakamura, que, atualmente, é colega de profissão de Solange, no Hospital Universitário.

O laboratório do HUM e o próprio Hospital acabaram se tornando mais duas paixões da santa-isabelense. “A gente foi construindo o laboratório de análises clínicas do hospital, com as qualificações profissionais de toda

a equipe. Fomos estruturando de tal forma que a unidade pudesse se tornar independente e atender às próprias demandas, porque, durante um bom período, era bem dependente do Laboratório de Ensino e Pesquisa de Análises Clínicas (Lepac), da UEM. As necessidades aqui do HUM são bem diferentes, nós atendemos públicos diferentes. Então, ele cresceu em tamanho e complexidade”, explica, orgulhosa, a servidora.

Após um período de afastamento, para fazer o doutorado, Solange voltou ao hospital e assumiu a Gestão da Garantia de Qualidade do Laboratório, onde ficou até 2018, quando então recebeu o convite para assumir, interinamente, a Diretoria de Análises Clínicas e Farmácia Hospitalar. Para a farmacêutica bioquímica, fazer a gestão, junto com a equipe do hospital, em um período inicial de uma nova reitoria, foi o início de uma nova etapa de vida, como gestora e não mais como profissional de saúde da assistência. Em 2019, ela foi convidada pela atual superintendente do HUM, doutora Elisabete Kobayashi, para assumir, definitivamente, o cargo.

PANDEMIA

Em março de 2020, com a chegada da pandemia da Covid-19, no Brasil, os planos da nova diretora, que já vinham sendo colocados em prática, buscando uma mudança da mentalidade administrativa, receberam “um balde de água fria”. O hospital foi surpreendido por algo que ninguém sequer tinha imaginado que poderia existir. “Nesses dois últimos anos, eu trabalhei como nunca tinha trabalhado na minha vida, porque, mesmo eu já estando há mais de um ano como diretora, surgiram situações totalmente novas. Não era apenas buscar o recurso para fazer as compras, como antes. Nós tivemos que buscar o recurso e o produto, porque, diversas vezes, nós tínhamos o recurso, mas não tínhamos o produto disponível no mercado”, exemplifica Solange.

Foi um período extremamente estressante. Além de todo atendimento a 15ª Regional de Saúde, que abrange 30 municípios do Paraná, foi preciso abrir 50 novos leitos no Hospital Universitário, em um curto espaço de tempo, para realizar os atendimentos dos pacientes com Covid-19. “Foi uma fase bastante difícil, porque era tudo incerto, tudo duvidoso, nin-

guém sabia muita coisa sobre o vírus, e fomos evoluindo dessa forma”, relata a diretora, sobre o angustiante e cansativo início da pandemia.

Solange lembra dos meses seguintes como uma fase de ansiedade diária. Não só por causa do trabalho, mas também por ter que lidar com a família, a casa e as duas filhas, preocupando-se e cuidando, 24 horas por dia, para não adoecer e levar o vírus para os amigos e familiares mais próximos. Esse, inclusive, foi um dos motivos de ter começado a pedalar: a cabeça precisava relaxar e desestressar de toda essa turbulência.

O laboratório, que a cada dia se tornava mais e mais independente, realizava, antes da pandemia, cerca de 50 mil exames por mês. Durante a pandemia, passou a realizar 70 mil. Orgulhosa, a diretora explica que foi e é possível estruturar um excelente atendimento de assistência (fisiológico e terapêutico) para os pacientes do HUM. Sente-se ainda mais honrada por ter participado durante 29 anos de todo crescimento do laboratório e do hospital, contribuindo, também, com a educação dos alunos da universidade, ao lado de servidores docentes da UEM.

Com a máxima que carrega durante a sua trajetória, de fazer o que gosta, porque o tempo aqui na Terra é curto, Solange se mostra cada vez mais batalhadora, guerreira e disposta a viver. É isso que a faz atravessar os obstáculos que a vida traz. Foi com essa determinação que ela enfrentou, de 2012 a 2013, um Acidente Vascular Cerebral (AVC) da mãe, um mieloma múltiplo (câncer de células plasmáticas) do pai e o próprio câncer de mama. Entre todas as questões do dia a dia, tarefas da casa, cuidados com as crianças (naquele momento, com 13 e 7 anos), o tratamento do câncer e o auxílio ao tratamento do pai, Solange ainda dedicava tempo ao doutorado.

E o que ela pensa desse momento? “Mesmo com tudo isso, foi um período que eu adorei passar. O doutorado foi um período de grande aprendizado, eu passaria por tudo de novo, se fosse preciso, porque eu cresci bastante nesses meses. Não é para bajular o meu, agora, colega de trabalho Celso Nakamura, mas ele propicia, com o laboratório dele, um grande aprendizado e a formação de um excelente profissional. Foi realmente um período engrandecedor”, relata Solange, sorrindo. Sobre o período pandêmico, a diretora também ressalta benefícios, que ela acredita que todas as pessoas tiveram, como o crescimento



A pequena Solange (Arquivo pessoal)

profissional e o crescimento como seres humanos.

Além da vontade de viver, Solange considera que o fato de ser mulher, cientista, inquieta e determinada a faz ainda mais forte. Alcançar objetivos e trazer melhorias ao seu trabalho e a todo o trabalho de assistência do Hospital Universitário Regional de Maringá, um hospital público, lhe traz satisfação e ainda mais coragem. “A UEM, essa instituição que sempre me acolheu, desde a graduação, em 1986, faz parte da minha vida. A gente quer oferecer aos outros o que a

gente teve. Nem todo mundo é agraciado com a possibilidade de fazer um curso superior em uma universidade pública e de excelência, de fazer um mestrado e um doutorado. Então, eu faço o meu trabalho aqui com o maior prazer, diariamente”, demonstra a ciclista e cientista Solange. E mesmo próxima de poder se aposentar, afirma: “Eu ainda tenho muito gás para trabalhar aqui dentro”.

CONFIRA A QUINTA TEMPORADA DO PODCAST “DONAS DA CIÊNCIA”, E OUÇA A HISTÓRIA DA SOLANGE CONTADA POR ELA MESMA



Donas da Ciência - T5 E3 - Solange Cardoso Martins

Conexão Ciência C²



O conteúdo desta página foi produzido por

Texto: Rafael Donadio

Arte: Murilo Mokwa

Revisão: Ana Paula Machado Velho

Supervisão de Arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior

Daniela Matsumoto: pediatra filha de técnica de enfermagem que sempre viveu perto do Hospital onde hoje trabalha

O desafio é deixar o local que atua cada dia melhor para a população e para a família

*Texto: Ana Paula Machado Velho e
Noth Camarão*



Até chegar na pediatria, a maringaense de infância corriqueira, com alguns problemas de saúde, passeou por muitas outras opções profissionais. Com uma diferença de cinco anos entre ela e o irmão mais novo, não brincavam muito na rua. Na adolescência, às vezes, a dupla arriscava um jogo de volêi ou bets.

“A gente era bem tranquilo e brincava muito no quintal com as crianças da vizinhança, mas éramos mais de casa mesmo. Meu irmão tinha um jeito mais quietinho e os amigos o chamavam de Caramujo, apelido que, mais tarde, no cursinho pré-vestibular, herdei. Até hoje, quando encontro amigos de infância ainda me chamam de Dani Caramujo, muitos médicos também”, diz.

Daniela conta que o pai sempre trabalhou em loja de eletrodomésticos, depois fez treinamento para vigilante, função exercida até a aposentadoria. Nas lojas, tinha que ajudar a descarregar caminhão e isso prejudicou a coluna do seu Rômulo, ao longo dos anos. A mãe, técnica de enfermagem, trabalhava no posto de saúde quando a prefeitura cedeu o local do Pronto Socorro Municipal para a criação do Hospital Universitário Regional de Maringá (HUM), em função da implantação do curso de medicina, da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Nesse período, quando Daniela fez 11 anos, a mãe prestou concurso para o HUM, passou em primeiro lugar e a família mudou-se para perto do local de trabalho da dona Jaci, começando, assim, a história da ligação da menina com o hospital.

Ela e o irmão tinham asma e a mãe precisava levá-los com frequência para fazer inalação. Com outros problemas de saúde e uma complicação no quadril, Daniela lembra que estava internada quando a mãe passou no concurso. “A gente sempre usou o SUS, eu só fui ter convênio depois de adulta, formada. Então, a gente sempre recorreu ao HUM. Foi o serviço que sempre nos atendeu”, explica.

Antes da mudança de casa e de trabalho, a família morava mais centralizada, ao lado do Parque do Ingá, um dos principais pontos turísticos da cidade de Maringá, no Paraná. O HUM ficava em um bairro novo, pouco habitado e longe do centro. O ônibus demorava para chegar e a mãe tinha que entrar no plantão bem cedinho. Trabalhar de carro era muito

dispendioso. Por isso, mudar foi mais que necessário. Naquela época, a área abrigava muitos ciganos e Daniela brinca dizendo que tinha a casa dela e muitos acampamentos como quintal. Ela e o irmão cresceram com a região que, hoje, é bem disputada no mercado imobiliário.

Ela e o irmão, Carlos Alberto, também médico, sempre estudaram em escolas públicas. Particular, só o curso pré-vestibular, onde os dois ganharam bolsas de estudo. Ela acredita que ambos desenvolveram o gosto por hospital porque sempre estiveram muito perto, morando em frente e a mãe trabalhando dentro.

No entanto, para se inscrever no vestibular, Daniela pensou em psicologia, odontologia, pedagogia e concurso para a polícia militar. Ariscou se inscrever em medicina e não passou. Ela conta que demorou cinco anos para entrar. Fez dois anos de cursinho, passou em Farmácia, a UEM entrou em greve, largou o curso e voltou para o preparatório. Nesse meio tempo, o irmão começou a fazer cursinho também.

“No primeiro ano dele de cursinho, eu passei em medicina. Tinha 24 anos e só conseguia estudar. Qualquer aspirante imagina que o vestibular é difícil até descobrir que a faculdade de medicina é mais. Quando comecei a fazer Farmácia, consegui um estágio em uma fábrica de gelatina e ganhava por hora. Mas, como a UEM tinha entrado em greve, eu ficava só lá e consegui ganhar uma graninha legal. Fora isso, nossos pais sempre lutaram para a gente poder estudar. Não queriam que a gente trabalhasse para nos dedicarmos mais aos estudos”, diz.



Se a vontade de fazer pediatria era uma coisa de criança, adormeceu até passar por vários estágios na faculdade. Ela lembra que o irmão fez um corte no dedo, que chegou a atingir os tendões. A mãe o levou para o HUM e foi a doutora Elisabete Mitiko Kobayashi quem suturou e cuidou do caso. A menina ficou encantada com o procedimento e falou “ah, quando eu crescer, eu quero ser ortopedista. Mas eu tive algumas outras vontades depois. Usei aparelho e quis ser dentista, também quis ser psicóloga. Quando eu entrei na medicina, a minha intenção era ser ortopedista. Tanto que, desde o início da faculdade, eu sempre grudei na doutora Elisabete, fui monitora de ortopedia, acompanhava ela operando nos hospitais. Quando eu entrei no internato, comecei a, realmente, estar em todos os estágios do hospital. Foi então que percebi que eu não queria ser ortopedista, eu queria ser a doutora Elisabete, porque o jeito dela trabalhar era diferente, ela é uma pessoa sensacional. O estágio do hospital que eu mais gostei foi a pediatria, foi a partir daí que eu quis seguir na área, achei tudo muito organizado, criança responde aos tratamentos em uma proporção maior que os adultos, a gente perde menos crianças do que adultos, e eu não sou uma pessoa muito boa com perdas”.

Daniela terminou medicina, fez a residência de pediatria, logo se credenciou e continuou trabalhando no HUM. Quando estava na residência, a mãe se aposentou. Recém-formada, chegou a trabalhar em outros locais, mas nunca se desvinculou do Hospital Universitário, que fez parte da infância e foi sua escola.

Não foi aprovada no primeiro concurso do HUM. Entrou, pela primeira vez, por meio de um processo seletivo simplificado (PSS). Quando estava para vencer o prazo do concurso, pela terceira vez, decidiu não renovar e saiu do HUM para trabalhar em outras atividades e montar um consultório. Mas, pouco tempo depois, foi chamada para assumir o concurso de imediato e não saiu mais.

Em 2018, o chefe da pediatria que assumiria a diretoria médica sugeriu Daniela para a chefia do setor. Ela assumiu o cargo com um pouco de receio. Naquele momento, havia problema na escala e começou a ter cada vez mais dificuldades, porque algumas pessoas se aposentavam e ninguém se credenciava. “Eu tinha aquela ideia de que, quando

uma escala não fecha, o chefe precisa cobrir os furos e a gente não tinha isso. No primeiro mês, quando assumi, eu cobri as escalas e, nos meses seguintes, as pessoas começaram a fazer hora extra, a se credenciar e levar um pouco mais a sério”, explica a médica.

No começo de 2019, a pediatra descobriu um câncer de mama e precisou se afastar do trabalho por sete meses. Nesse meio tempo, a doutora Elisabeth foi candidata à superintendência do HUM e convidou Daniela para compor a chapa como diretora médica, que recusou alegando falta de experiência.

Com a insistência da colega, Daniela falou do tratamento que estava fazendo e que ainda não sabia se precisaria de quimioterapia, mas que seria uma boa oportunidade de não se afastar do trabalho, já que não podia clinicar por um tempo. Porém, colocou uma condição: não queria que ninguém soubesse para não influenciar no resultado da campanha. Chapa eleita, hora de abrir o jogo, contar da cirurgia e da quimioterapia que enfrentaria.

O primeiro ano na direção clínica do HUM, foi entre as sessões de quimio e radioterapia. Quando terminou, tudo o que ela queria era voltar aos plantões, mas não conseguia porque participava de todas as reuniões e ações da diretoria, dentro e fora do hospital.



Daniela durante o tratamento do câncer
(Arquivo pessoal)

O ano foi bem corrido para a pediatra que, além do tratamento do câncer, fez mestrado profissional na primeira turma do HUM em Gestão, Tecnologia e Inovação em Urgência e Emergência e assumiu a diretoria clínica. No mestrado, fez um software para avaliação do tempo do paciente dentro do serviço e o tempo que leva para os exames ficarem prontos. Defendeu a dissertação em setembro de 2021. Ainda não pensa no doutorado.

Daniela enfrentou também o machismo de frente. “Eu achava que não enfrentaria, até passar por uma situação, em que percebi que realmente tem alguns profissionais que não respeitam a gente enquanto mulher. Quando assumi a diretoria médica, eu ouvia muito que algumas pessoas não me respeitavam, porque eu fui aluna, porque eu sou mais nova, entre outras coisas. No ano passado, eu vi algumas pessoas que começaram a ter atitudes que eu percebi que era por eu ser mulher, não exatamente por ter sido aluna e ser mais jovem. Houve quem não votasse na gente dizendo que não podiam deixar mulher mandando em tudo, nossa chapa era basicamente composta por mulheres. Hoje, eu sinto que alguns plantonistas têm dificuldade de lidar com o fato de eu ser mulher”.

A pediatra reforça que percebe que a mulher tem que provar o tempo todo que consegue. Ela lembra de quantas vezes teve uma ideia em uma reunião e a expôs, mas todo mundo ignorou. Quando um homem falou a mesma coisa, foi considerado um gênio. Para ela, o fato de ser mulher faz com que você tenha que lutar mais. “A gente carrega muita frustração de quando não consegue fazer alguma coisa ou estar disponível, pensamos que falhamos quando isso acontece. Eu acho que o fato de eu ter que estudar, ter que lutar, ter que investigar, por eu ser mulher, faz com que eu queira fazer isso de uma maneira melhor. Qualquer situação em que eu não consiga estar 100% entregue, 100% disponível, eu me sinto muito frustrada”, destaca Daniela.

A médica maringaense lembra que, durante o internato no HUM, fazia os plantões e, quando era na clínica cirúrgica, por exemplo, basicamente atendia traumas, fazia suturas e avaliava os procedimentos junto com o residente plantonista para ver se ia para cirurgia. “Quando chegava um acidentado na madrugada, você é mulher e está ali para fazer o atendimento, surge um clima de assédio. Isso ainda se repete em outros setores. Até um ano atrás eu não enxergava isso, mas passou a me incomodar”, diz.

Daniela declara que escolher a pediatria só fez bem. “Apesar de não ser mãe, eu tenho muita empatia com a pessoa que está com o filho doente. Na pediatria eu ajudo, me divirto, e passo a maior parte do tempo feliz. Na medicina, fiz bastante amigos, a maioria das pessoas ainda con-

vive comigo, alguns foram morar em outras cidades, estados ou países, mas ainda tem muita gente que está trabalhando aqui. A equipe atual da urologia do HUM, por exemplo, são meninos que se formaram comigo”.

O irmão mais novo é pneumologista. Quando ela estava no terceiro ano, ele entrou na medicina e, quando Daniela terminou a residência, ele foi residente no hospital Santa Rita. Começou cardiologia ali, mas não gostou. Fez pneumologia em Sorocaba e voltou para Maringá. A cunhada também fez medicina, é cardiologista e, hoje, os dois moram em Ponta Grossa.

Em 2011, Daniela reencontrou um amigo de infância que havia morado no Japão por 13 anos. Amigos desde os seis anos de idade, moravam na mesma rua, estudaram na mesma escola. Mas, quando terminaram o colégio, ele se mudou para o outro lado do mundo. Na volta, se reencontraram e logo começaram a namorar. Dois anos depois se casaram.

PANDEMIA

Em março de 2020, estourou a pandemia no Brasil e a médica se afastou da diretoria e foi para o plantão. Queria estar na linha de frente no combate ao novo Coronavírus. “Quando o bicho pegou, alguns profissionais tiveram medo de se contaminar por não conhecerem o que estávamos enfrentado. Eu trabalhei desde o início da pandemia até maio de 2021, inclusive na Unimed, onde nunca deixei de atender”, conta.

O médico que ficou na diretoria clínica nesse período precisou sair e Daniela voltou ao cargo sem deixar de lutar contra a Covid 19. “Teve um episódio em que o doutor Marcelo Aguilar Puzzi, secretário de saúde de Maringá, me ligou falando que tinha um paciente na Unidade de Pronto Atendimento do lado de fora com oxigênio e sentado em cadeira de praia, por falta de leito. No HUM, por mais que não tivesse leitos montados, tinha espaço para atender. A gente colocava cadeira, poltrona e conseguíamos dar assistência”, lembra.

Em 2019, Daniela teve câncer, estava fazendo quimioterapia, a imunidade estava mais baixa. Não podia estar em contato com os pacientes e com pessoas que estivessem doentes. Não podia ir ao cinema, a jantares, em nenhum lugar onde houvesse muitas pessoas. “Quando veio



Daniela quando criança Arquivo pessoal)

a pandemia, eu não podia ver mais ninguém. Eu acho que o que mudou para mim na pandemia foi o que mudou para todo mundo, a diferença é que já estava um pouquinho mais cansada do isolamento, porque eu já estava isolada um ano antes. Mas durante a pandemia eu pude realmente trabalhar, pude atender, com máscara, avental e touca. Em todo esse período, eu não peguei Covid. Tomei todas as doses da vacina,

estou esperando a quarta. Trabalhei por opção e me sinto muito feliz por isso”, conclui a maringense.



Donas da Ciência - T5 E2 - Daniela Álvares da Silva Matsumoto ↔

Conexão Ciência C²



Ouç a história de Daniela Álvares da Silva Matsumoto, atual Diretora Médica do Hospital Universitário Regional de Maringá (HUM). A médica, que a princípio queria fazer ortopedia, acabou se encantando com a pediatria ao longo do curso de medicina.

O conteúdo desta página foi produzido por

Texto: Ana Paula Machado Velho e Noth Camarão

Arte: Murilo Mokwa

Revisão: Ana Paula Machado Velho

Supervisão de Arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutembergue Junior

PERFIS

Cátia Millene Dell’Agnolo: a menina que decidiu ser enfermeira para virar marinheira

A teimosia chamada de determinação traçou a vida da adolescente que sempre soube o que queria ser e fazer

Texto: Noth Camarão



“**A** lô! É da Marinha do Rio de Janeiro? Como faz para entrar para o Quadro de militares de vocês?” Quem atendeu a ligação percebeu a voz de mocinha e perguntou se os pais sabiam da ligação. A menina de 13 anos disse que queria contar para eles quando já tivesse todas as informações e insistiu na pergunta. A pessoa, então, respondeu que teria que estudar enfermagem ou contabilidade.

Nessa época, a paranaense de Rio Claro, que morava em Palmeira, a 45 km de distância de Ponta Grossa e a 80 km de Curitiba, decidiu que faria o curso técnico de enfermagem, equivalente ao segundo grau, na cidade mais próxima de casa, para poder entrar para a Marinha.

Comunicados, os pais disseram que era uma carreira difícil e seria melhor fazer medicina. Como ela não abriu mão do curso escolhido, os pais concordaram com uma condição: aliar outro curso para não perder o segundo grau. E assim foi. De manhã, Cátia estudava enfermagem, à tarde trabalhava no escritório de contabilidade do pai e, à noite, fazia o curso de auxiliar de contabilidade.

Quando concluiu esses estudos, já havia esquecido a Marinha. Amava a enfermagem e decidiu que faria a faculdade em Maringá, cidade que conhecia apenas de passagem como atleta dos jogos escolares de vôlei e handebol.

Sempre determinada, Cátia reconhece que deu bastante trabalho aos pais e à irmã, dois anos mais velha. “Uns chamam de teimosia, eu chamo de determinação. Tinha curso de enfermagem em Curitiba e Ponta Grossa, mas eu queria estudar em Maringá e, aos 16 anos, já estava na faculdade”, conta.

Cátia explica que não lembra de nada que ocorreu com ela antes do 13 anos. O motivo é que sofreu um acidente com sua Monareta (célebre bicicleta dos anos 1960) ao tentar atravessar um trevo na saída da cidade. Um carro em alta velocidade bateu na sua roda traseira, causando um traumatismo craniano grave. Um rapaz correu, pegou a menina no chão, chacoalhou e a colocou de volta no chão sem saber o que fazer. “Hoje, eu sei que ele me salvou porque eu bati a cabeça no chão e fiquei de barriga para cima. Quando ele me colocou no chão novamente, fiquei de barriga para baixo e, por isso, não asfixiei com meu próprio sangue. Não

lembro o tempo de recuperação. Sei que era fim de ano e eu já tinha notas para passar”, relata.

Como ficou com lentidão de pensamento, a família mostrava fotos e perguntava se ela lembrava de algo. “Contam que professoras foram me visitar e levaram bombons. Eu só ficava quieta olhando. Depois de quase duas horas de conversa, eu lembrava de agradecer o presente. Era meio letárgico. Chegou um tempo que já não sabia se as fotos eram lembranças ou imaginação. Me recuperei, fiquei bem e toquei a vida. Perdi parte da memória, mas acho que não me fez falta”, revela.

Aos 20 anos de idade, Cátia já estava graduada. Foi para Palmeira, trabalhou dois meses em Ponta Grossa, voltou para Maringá, cidade no Noroeste do Paraná, para atuar na Terapia Intensiva e, esse ano, completa 25 anos de carreira fazendo o que gosta, no Hospital Universitário Regional de Maringá (HUM), vinculado à Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Apaixonada pela área, a enfermeira não para de buscar conhecimentos. Fez especializações em terapia intensiva e administração hospitalar, mestrado e doutorado na UEM, outro doutorado sanduíche no Canadá e pós-doutorado em Londrina. Esse último em meio a pandemia e aguarda a titulação que ainda não foi entregue.



Cátia Millene Dell'Agnolo (ASC/UEM)

Cátia conta que, em 2019, saiu a primeira turma de mestrado do Departamento de Medicina da UEM. “Um colega me convidou para fazer parte do grupo montado para refazer o projeto que já haviam tentado aprovar anteriormente, sem êxito. Conseguimos a aprovação do Mestrado Profissional em Gestão, Tecnologia e Inovação em Urgência e Emergência (Profurg) e já estamos indo para a quarta turma. Por conta da pandemia, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) adiou a avaliação, que deve ser realizada em breve”, informa a enfermeira.

Desde então, mesmo sendo técnica, Cátia faz esse trabalho a parte como docente permanente do Profurg. Ela orienta alunos e ministra disciplinas obrigatórias e optativas. O mestrado é multiprofissional e aberto a profissionais de qualquer área de atuação.

Todo esse amor pela profissão não significa que o caminho tenha sido fácil. “Sair de casa aos 16 anos, descobrir uma nova cidade, enfrentar a vida de adulto, trabalhar, estudar e ser mulher não é tão simples”, confessa. Embora a profissão seja predominantemente composta por equipes femininas, Cátia diz que não é tão diferente de algumas profissões. “A enfermagem tem o estigma da desvalorização profissional. É cultural. A maioria precisa de dois empregos e até alguns ‘bicos’ para se manter e ainda tem a questão do assédio, enfrentada por qualquer mulher em qualquer situação. Mas acho que isso nos torna mais resistentes. A mulher já é forte por si só e a enfermagem nos fortalece mais ainda”, ressalta.

PANDEMIA

Quando começou a pandemia da Covid-19, Cátia estava na coordenação de Internamento. Em março de 2019, houve eleição e com a troca da diretoria, foi eleita coordenadora para responder por todos os setores de Internamento e passou a responder, também, pelas alas Covid, da Clínica Médica e UTI.

A especialista lembra que “no primeiro grande bum da pandemia, a ocupação de leitos foi lá em cima, aumentamos 50 leitos de uma hora para outra. Muitos profissionais não tinham experiência em terapia intensiva e nós tentamos diversas situações que pudessem ajudar. Eu

pedi exoneração da coordenação e assumi a UTI Covid, com a ocupação de 100% durante os períodos críticos.”

De acordo com a enfermeira, o HUM tinha 20 leitos de UTI Covid e 20 na Clínica Médica. Foram disponibilizados mais 10 leitos para cada setor e a ocupação de 100% não baixava durante os piores momentos da pandemia. “Chegamos a ter 20 pacientes intubados na UTI Covid e 10 na Clínica Médica. Fizemos uma semi-UTI do lado de fora e, como eu tinha experiência em terapia intensiva, acabei indo pra lá. Foi um período bastante difícil, com bastante trabalho, tivemos situações em que cinco ambulâncias do setor Covid paravam na frente do hospital, cada um com cinco ou seis pacientes. Foi muito desgastante para toda a equipe”, lembra.

Cátia conta, ainda, que a questão de pessoal foi a mais difícil. “A enfermagem sobrecarregada, normalmente com dois ou três serviços, falta de experiência em terapia intensiva e afastamentos. Colaboradores, colegas, ficaram longe dos filhos e da família por mais de quatro meses, por medo. Ainda não tinha vacina. Foi um período de bastante cansaço físico e emocional para toda equipe. Teve uma melhora e piorou, novamente. Foi uma situação ímpar, com equipe multiprofissional recém-contratada, se adequando, treinando e adquirindo experiência. Tudo muito difícil mesmo, mas conseguimos superar”, desabafa.

Se a pandemia dificultou a vida de todos, para Cátia não foi diferente. “Por conta da idade avançada e das comorbidades, não deixei meus pais virem para Maringá como sempre faziam, até mesmo após a primeira dose da vacina. Sou solteira com filhos de patas. Tenho quatro cachorrinhas e, nem por isso, meus cuidados diminuíram ao voltar pra casa após um exaustivo dia de trabalho. Graças a Deus, não perdemos nenhum colega que teve o vírus na ala Covid”, diz.

Segundo a especialista, todo medo enfrentado pela população foi mais acentuado para os profissionais da saúde. “Na UTI Covid lidamos com muitas perdas, muitas dificuldades, muito estresse e nada disso nos impediu de trabalhar da melhor forma possível para reverter o quadro de cada paciente. Não tem profissão melhor ou pior, mas a enfermagem mostrou seu valor e falo isso com orgulho”, desabafa.

Apesar de todos os pesares, Cátia diz que foi um período de muito aprendizado, crescimento e fortalecimento. “Foram dois anos que mudaram muitas coisas. Profissional e pessoalmente. Saio grata, realizada e mais determinada a ser enfermeira de terapia intensiva pelo resto da minha existência. Minha experiência fez diferença naquele momento. Esse trabalho é o grande amor da minha vida e não troco por nada”, afirma.

Cátia acredita que a enfermagem é uma missão. “Tenho minha espiritualidade muito tranquila dentro de mim. Somos instrumentos de algo maior. A gente vê isso no paciente que, às vezes, desenganado pela medicina, sai andando da UTI. Minha parte é fazer meu trabalho bem feito e com muito amor. É muito gratificante fazer a diferença na vida de uma pessoa”, declara.

A Marinha do Brasil perdeu e Maringá ganhou uma grande e dedicada profissional. Agradecemos a escolha e clamamos por mais Cátias em nossos hospitais!



Donas da Ciência - T5 E1 - Cátia Millene Dell’Agnolo ↔

Conexão Ciência C²



Neste episódio, conheça a doutora e mestre em enfermagem, Cátia Millene Dell’Agnolo, apaixonada por Maringá, e pelo trabalho na Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

O conteúdo desta página foi produzido por

Texto: Noth Camarão

Arte: Murilo Mokwa

Revisão: Ana Paula Machado Velho

Supervisão de Arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutembergue Júnior

PERFIS

Marivânia Conceição Araújo: a ciência não tem cor

Em pleno século XXI, ainda engatinhamos na questão racial no Brasil

Texto: Noth Camarão



Sim. Infelizmente, somos um país racista com muitas desigualdades sociais e raciais onde gêneros, tons de pele e classes sociais ainda sofrem com o preconceito e a falta de oportunidades.

Para a carioca Marivânia Conceição Araújo, filha de pai metalúrgico, mãe funcionária pública e quatro irmãos, essa situação foi evidenciada desde sempre.



Marivânia Conceição Araújo (ASC/UEM)

A família do subúrbio do Rio de Janeiro não era carente. Vivia com dificuldades como qualquer família de classe popular e sem grandes problemas. Sem estudos e com todas as dificuldades financeiras, os pais deixaram para os filhos a maior herança que puderam: o amor pelos livros e Marivânia, que sempre estudou em escola pública, foi a primeira entre os irmãos a entrar numa universidade também pública.

Marivânia conta que, até começar o ensino médio, não sabia no que iria se formar. No final do curso, meses antes da inscrição no ves-

tibular, começou a pesquisar áreas de atuação e descobriu as ciências sociais. Investigando um pouco mais, percebeu que a sociologia, uma das áreas que compõem as ciências sociais, tinha tudo a ver com seu jeito de ser.

“Eu sempre gostei de observar, de ler e pensar sobre as coisas do mundo e a sociologia é isso. Ela olha para a sociedade, entende quais são as características e como a gente pode explicar o comportamento das pessoas em grupo. E lá fui eu prestar vestibular numa área recém-descoberta”, lembra.

E Marivânia passou no seu primeiro vestibular, na Universidade Estadual do Rio Janeiro (UERJ), que ficava a uma hora e meia de ônibus da sua casa. “Sem trânsito e sem chuva! Porque morar na periferia de uma grande cidade e estudar longe de casa é um desafio. Falo isso para mostrar na prática as dificuldades das classes excluídas. Naquela época, a UERJ tinha bolsa de apoio ao estudante e isso foi fundamental para minha permanência na instituição. Não era bolsa, era uma pochete de tão pequeno recurso, mas dava para pagar as passagens de ônibus, fazer cópias de material e comprar livros. No mais, meus pais se esforçavam para dar o suporte necessário para que eu não desistisse de estudar”, ressalta.

As dificuldades financeiras impedem muita gente a continuar os estudos. Dados apontam que ao final do ensino médio, ou antes até, boa parte dos jovens para de estudar para trabalhar. Para o brasileiro, negro e pobre isso é quase uma sina. A socióloga conta que é muito comum ouvir de pessoas negras mais velhas que a universidade nunca esteve em seu horizonte por falta de oportunidade.

“Eu tive o privilégio de ter pais que não estudaram mas sabiam da importância de estudar como forma de ascensão. Ficar dentro de ônibus por três ou quatro horas para ir e voltar da faculdade todos os dias é desgastante e cansativo, mas eu tinha o apoio afetivo em casa. E quantas pessoas têm essa oportunidade”, indaga.

Para ela, o Brasil só perde por não ter uma política forte que apoie e estimule o estudante.

Com o tempo, as oportunidades foram surgindo. Uma delas foi a

pesquisa no Núcleo de Estudos Rurais (NUER), no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), feita com pequenos produtores de Angra dos Reis, município a 160km da capital carioca.

A socióloga diz que esse trabalho de campo foi primordial para que ela rompesse a barreira da timidez e se tornasse professora. “Até então, eu ainda pensava como ia me formar e dar aula com tanta vergonha de falar”, confessa.

Marivânia seguiu participando desse e de outros núcleos de pesquisa, descobriu a paixão pela ciência e começou a pensar seriamente na carreira acadêmica. Fez seu mestrado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em desenvolvimento agrícola.

“Era um desdobramento do que eu fazia antes. Na graduação, a pesquisa era sobre os migrantes nordestinos do Rio de Janeiro e a inserção no mercado de trabalho. Foi a minha primeira reflexão, minha primeira análise sociológica. A partir disso, entrevistei algumas pessoas migrantes nordestinas e todas elas eram casadas com migrantes nordestinos. Isso me chamou a atenção e esse foi o projeto do meu trabalho”.

A professora explica que entrou no mestrado com uma linha de pensamento e mudou o projeto inicial ao ir trabalhar com moradia e ocupação de terra no Rio de Janeiro. “A gente ia no bairro de Higienópolis, numa ocupação que abrigava uma comunidade agrícola. Apesar do nome, eles apenas moravam lá. Eles se declaravam moradores da comunidade. Diziam que ali não era uma favela. Trabalhei o conceito de identidade com esse grupo porque eles se declaravam moradores de comunidade e não favelados. Esse foi meu mestrado”.

Em 1997, antes mesmo de defender a dissertação, Marivânia soube do concurso para professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Aprovada, começou a pensar em suas pesquisas anteriores, na população negra no âmbito da constituição urbana e fez o projeto de pesquisa institucional voltado para as pessoas negras de Maringá. Esse trabalho serviu de base para o doutorado sobre ocupação no espaço urbano e as relações raciais,



Marivânia no XII Semana Afro-Brasileira promovida pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiro (Neiab), da UEM (Facebook/NEIAB – UEM)

feito na Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), em Araraquara.

A professora conta que, quando apresentou o projeto, a orientadora falou: “aqui fala sobre representação, cidade e sobre pessoas negras em Maringá. São quase três temas diferentes. Sugiro que você faça uma opção”. Marivânia escolheu, então, falar sobre representação social e o espaço urbano de Maringá.

A tese da socióloga trata do bairro Santa Felicidade, pensando Maringá como um lugar que foi construído à beira da exclusão. Segundo a pesquisadora, “alguns autores trabalham sob essa perspectiva, então Maringá é uma cidade planejada na prancheta do arquiteto, com áreas bem definidas, espaços cívicos, centro comercial e subcentros como os bairros Alvorada, Zona 7 e o Novo Centro. Os prefeitos e o legislativo mantiveram esse desenho e essa divisão acaba colocando os grupos menores, com menor poder aquisitivo, na periferia

da cidade. Eu parto desse princípio para falar da cidade organizada e excludente. Maringá não é a primeira a fazer isso, e eu peguei o Santa Felicidade como estudo de caso porque é um bairro pequeno, de três ruas apenas e com uma história triste. No trabalho de campo, fiz um diálogo entre geografia, antropologia e psicologia social. O bairro é uma realocação de moradores. A cidade se orgulha de não ter favelas, mas houve um processo de desfavelização, de desmonte dos cortiços e de habitações irregulares para outros espaços e outros municípios vizinhos como Sarandi. A história de Maringá tem seus pontos tristes e esse é um deles. O ponto mais relevante do meu trabalho é ouvir os moradores e aí entra o conceito de representação social, ouvindo, trazendo à tona e fazendo parte da filosofia que os grupos sociais têm sobre os fatos. É uma teoria sobre a realidade. A partir daí eles trabalham com essa teoria para nominar, pacificar e valorizar determinados elementos”, explica.

Reverendo sua caminhada, a professora diz que, com a conclusão do doutorado, ela fechou um ciclo e um círculo. “No início, eu não sabia qual era a área que eu ia atuar e na minha família estava determinado que a gente ia estudar. A minha tese de doutorado ajuda a pensar nessa vocação de olhar para as coisas, tentar ouvir e entender o que as pessoas pensam e suas relações. Eu atendi a determinação da família e continuo a pensar nas relações raciais. Não deixo de querer saber como são essas relações no Brasil; o que as pessoas negras estão produzindo; o que causa essa desigualdade tão grande entre negros e brancos; por que a gente discute negro no Brasil. Negro não é problema, e sim as relações que o racismo impõe. Isso tem que ser erradicado” decreta.

NEIAB

Ser uma mulher negra e estar na universidade ainda causa espanto. A pesquisadora diz que, na época da faculdade, haviam poucos negros e muito preconceito. “Um bastante recorrente era o fato das pessoas não nos verem como alunos normais. Ficavam espantados porque estávamos na Universidade. Esperavam que a gente tirasse

notas baixas, ou desistisse de estudar. Eu estudava, era privilegiada, ficava na universidade e participava de palestras e cursos. Tanto tempo se passou e a discriminação continua. Para fortalecer a luta na erradicação do racismo, há 15 anos atrás, formamos o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiro (Neiab), da UEM e soma-



Reunião entre participantes do Neiab (Arquivo pessoal)

mos junto aos vários NeiaBs do Brasil para discutir sobre as relações raciais. É muito gratificante saber que pessoas que passaram pelo nosso grupo, fizeram mestrado ou doutorado com base nessas discussões na busca da inclusão dos conhecimentos das populações historicamente excluídas”, declara.

No meio científico não é diferente. Apesar do aumento de números de pesquisadores negros e de mulheres na ciência, ainda é notável a falta de reconhecimento desses profissionais.

Como contribuição na erradicação do racismo no município, o Neiab da UEM apresenta duas áreas de atuação. Uma aborda a educação e diversidade, com atividades, palestras e cursos. E já tem publicado dois livros sobre as questões raciais que são distribuídos gratuitamente. A outra linha de ação do Núcleo é sobre o feminismo negro nos diversos pontos da inserção da mulher na sociedade, na política, na ciência, no mercado de trabalho e na comunicação digital. Esse Colóquio acontece sempre em julho, na semana do dia 25, considerado o dia internacional da mulher negra latino americana e caribenha. O Neiab/UEM aproveita a data estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir o tema.

Marivânia se declara muito orgulhosa de participar da criação do Núcleo porque, “apesar de todas as dificuldades, nós resistimos, continuamos, produzimos e temos reconhecimento dentro da Universidade”.

Para divulgar as ações, o núcleo de estudos de relações raciais tem canal no [Youtube](#), [Instagram](#), [Facebook](#) e uma sala no bloco 4, sala 7, para receber aqueles que querem contribuir e trocar ideias.

O conteúdo desta página foi produzido por

Texto: Noth Camarão

Revisão: Ana Paula Machado Velho

Arte: Murilo Mokwa

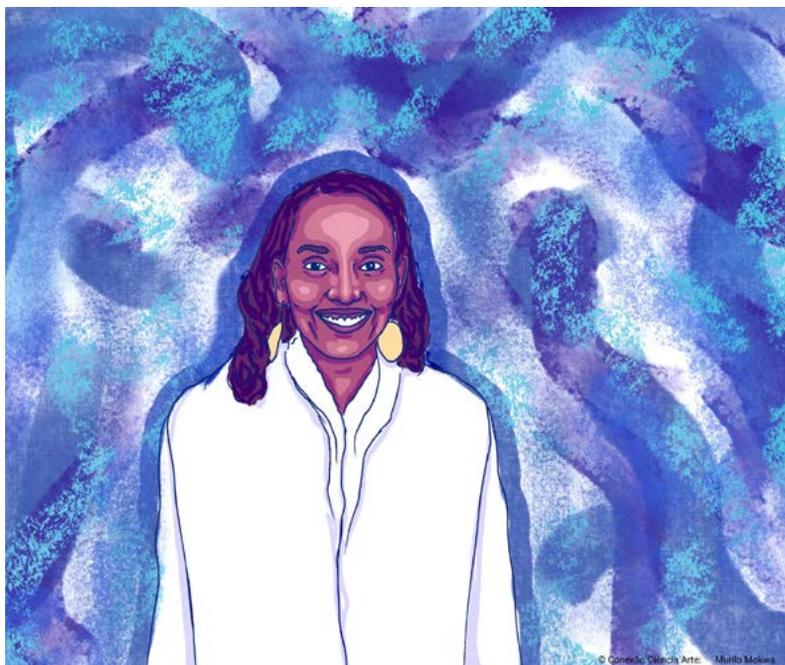
Supervisão de Arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutembergue Junior

Josiane Oliveira: consciência com ciência

O conhecimento que mudou o tom de uma trajetória de vida para dar visibilidade a questões raciais

Texto: Noth Camarão



Oficialmente, o Brasil não tem segregação racial, mas o racismo arraigado provoca a segregação social desde a abolição do trabalho escravo, em 1888. Muitos anos depois, vencer as dificuldades, superar a discriminação e enfrentar desigualdade ainda é parte do cotidiano de classes historicamente excluídas.

Josiane Silva de Oliveira que o diga. Sempre que fala que é filha de um baiano e uma paranaense, quem a ouve tem a certeza que sua ascendência negra é por parte do pai. Ledo engano de conceito preconcebido. A mãe sulista é negra e o pai nordestino tinha a pele clara. A professora conta que até no pós-doutorado houve quem se espantasse com uma mulher negra na academia.



Josiane Silva de Oliveira (Arquivo pessoal)

“Fiz meu doutorado no Rio Grande do Sul, de 2010 a 2014. Algumas pessoas ainda estranhavam o fato de uma negra ter passado por um processo seletivo, com prova de inglês, e me perguntavam de que país da África eu era. Quando eu falava que era do Paraná, sentia o climão. No pós-doc, na Universidade de Quebec, no Canadá, não tinham ideia do que era o Brasil. Quando cheguei lá, fiquei impressionada com o investimento na ciência e a comunidade acadêmica se surpreendeu comigo porque

imaginavam que aqui só tinha negros e a maioria dos brasileiros que vão estudar lá é branca e parecida com eles. A gente tinha um grupo de pesquisa só sobre o Brasil. Além de não saber nada sobre o nosso país, eles também não tinham muita noção de como o racismo funciona e como isso impõem limitações para a gente”, declara.

Josiane nasceu em Maringá. Seu pai era motorista de transporte coletivo e faleceu cedo, deixando um filho de sete anos, Josiane com

três e a esposa grávida. Sua mãe trabalhou muitos anos de empregada doméstica e ensinou aos filhos, desde muito cedo, que teriam que estudar para melhorar de vida.

“Minha mãe falava que a gente ia encontrar muitas dificuldades na vida e que era melhor ser funcionário público porque assim não poderiam mandar a gente embora. Ela achava que numa empresa privada, na hora dos cortes, o preto era sempre o primeiro a ser demitido. Ela dizia que a educação era a única via de mudar a condição social e econômica. Então, quando a gente era criança, toda semana, ela tirava uma hora pra ler com a gente. Também, tínhamos que ir à biblioteca, pegar um livro e, no fim de semana, mostrar o livro que a gente leu e contar a história”, lembra.

Sempre ligada aos esportes, Josiane fala que “pessoas negras esportistas eram parte do cotidiano, mas, quando cheguei na escola, alguns estudantes tentavam me ofender falando que eu era filha do Pelé. Eu não entendia aquilo como ofensa, achava uma honra. Como essa fala persistiu, falei pra minha mãe porque eu não entendia o motivo deles ficarem falando aquilo pra mim. Eu tinha entre seis e sete anos e ela falou que era por causa da cor da minha pele e do meu cabelo. Só fui entender melhor aos 12. Imagino a frustração das crianças que tentavam me ofender, achavam que eu ia brigar e eu simplesmente gostava”.

A família morava ao lado da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Na época, não tinha portões e eles passeavam e brincavam pelo câmpus como se fosse seu próprio quintal e mãe sempre dizia: “um dia vocês vão estudar aqui”. E assim, no ideário da pequena Josiane, crescia a vontade de ser cientista.

Após a morte do pai, a família se mudou para Mandaguaçu, a 20 km de Maringá, em busca de aluguel mais barato. A UEM ficou distante, mas nunca saiu do horizonte de Josiane que começou trabalhar aos 16 anos para ajudar a pagar as despesas da casa.

No ensino médio, a maringaense e a mãe começaram a pensar como seria a vida da filha morando longe da universidade. Mudaram-se então para Sarandi, a 10 km de Maringá, e Josiane começou a pesquisar sobre as profissões que gostaria de exercer. Nesse período, ela achava que economia era uma boa opção. Sempre gostou mais dos números



Josiane (primeira à esquerda) e participantes do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros (Neiab) na XIII Semana Afrobrasileira da UEM (Facebook/NEIAB – UEM)

do que das letras e assistia na tv tudo que falava sobre inflação, juros e economia de modo geral. Analisando um pouco mais sua trajetória de vida, ela percebeu que faltava algo que pudesse fazer a diferença na vida de pessoas diferentes como sua família. No colégio, ela e o irmão eram as únicas crianças negras. “Não era da turma. Era da escola!”, ressalta.

Essa situação já chamava sua atenção. “Era uma coisa que mexia muito comigo, eu queria entender. No ensino médio decidi que queria articular alguma coisa vinculada com a economia, mas com questões raciais. Fiquei na dúvida entre economia e ciências sociais que era bem comentada na época. Numa visita à feira de profissões da UEM, organizada pela escola, pude ver mais de perto como se faz ciência e acabei escolhendo administração. Essa foi a forma que encontrei de vincular os debates raciais e procurar algumas saídas que eu achava que teria na economia. Eu ainda não tinha uma leitura estruturada sobre questões de gênero, orientação sexual e raça, mas eu tentava sistematizar e pensava que na economia encontraria uma forma de amenizar esses problemas sociais. Vi que a administração oferecia mais oportunidades”, explica.

Durante a faculdade, Josiane já era concursada e trabalhava na prefeitura de Maringá, como auxiliar de consultório dentário, na secretaria de saúde. Ficou lá até o mestrado. Após o doutorado, voltou ao

Brasil e foi trabalhar em Goiás como professora e de novo encontrou o julgamento antecipado. “Quando eu falava que era do sul, as pessoas se assustavam porque tinham em mente o estereótipo do sulista branco, que toma chimarrão”, recorda.

Na graduação, Josiane pensava em seguir no setor público ou trabalhar em alguma organização que tivesse a sociedade como sua grande preocupação. “Como já tinha passado pela iniciativa privada, sabia sobre a violência racial e que dificilmente conseguiria alcançar um cargo mais alto. Em algumas multinacionais, até temos mais espaço, mas é frustrante saber que não importa a sua qualificação, em qualquer ambiente quem chega primeiro é a cor da pele. Não chega a Josiane, pós-graduada, especialista, com experiência internacional. Quem chega primeiro é a mulher preta! Isso mostra o quanto a nossa individualidade é roubada no racismo. O preconceito racial possui essa característica de massificar a gente como sendo algo ruim”, expõe.

Em entrevista ao programa Nuevo Debate, da UFPR TV, Josiane fala sobre a mulher negra na sociedade. Confira no vídeo abaixo:



A cientista tem consciência do seu valor e sabe a importância do apoio que recebeu para estudar em outro país. Ela diz que, hoje, tem reconhecimento internacional, porque “lá atrás, o governo federal apostou na política e em mim. E está colhendo os frutos. Se não fosse

por isso, dificilmente eu teria rompido o ciclo de mulheres negras da minha família que não tiveram acesso a educação e até mesmo, a possibilidade de escolher. E quando eu falo de possibilidade me refiro a coisas bem básicas, como você ir no mercado e não conseguir escolher a marca do sabão em pó, ou do que você irá comer no final do dia. A educação também dá essa possibilidade de poder escolher. Não só sobreviver, mas viver. E é isso que a gente quer”, declara.

Josiane resalta a importância das bolsas de estudos e afirma que sua trajetória só foi possível com essa ajuda financeira. “Quando fui para o Rio Grande do Sul, recebi uma bolsa de doutorado para me sustentar. O mesmo aconteceu quando passei por um edital de seleção e recebi a bolsa de estudo para o Canadá. Não é só o dinheiro em si. É a forma como foi construída essa política. Temos que pensar nos critérios que envolvem esse processo para que não se tornem mais excludentes ainda.

A pesquisadora revela que “não teve nenhum lugar que eu passei que não tivesse algum estranhamento. Até mesmo dentro dos movimentos negros, há a questão do sexismo. Há violência de gênero e violência racial. Você percebe os olhares. Na sala de aula, ainda ouço alunos dizendo que eu sou a primeira professora negra deles”.

Os movimentos negros começaram ainda no período de escravidão. Ao longo dos anos, se fortaleceram e são responsáveis por várias conquistas da comunidade que por séculos sofreu, e ainda sofre, injustiça. Triste é reconhecer que o reflexo das políticas escravocratas ainda são visíveis nos dias atuais. Até quando, Brasil?

[Confira o podcast](#) Igualdade e Ciência, em que Josiane conta a sua história de vida.

O conteúdo desta página foi produzido por

Texto: Noth Camarão

Revisão: Ana Paula Machado Velho

Arte: Murilo Mokwa

Supervisão de Arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutembergue Junior

Lavi: a ponte entre imigrantes e o mercado de trabalho

Com o aumento dos movimentos migratórios, nascem projetos para integrar os imigrantes à sociedade

Texto: Maria Eduarda de Souza Oliveira
e Milena Massako Ito



A ligação entre a ilha e o continente por meio da ponte, com uma ave Turpial sobrevoando e ao fundo o pôr do sol, serve como uma analogia à socialização e o trabalho de trazer imigrantes para a sociedade, construindo ligações e trazendo a esperança de um recomeço. O estilo e paleta remete a arte expressionista.

Silvia Elena Prado é natural da Venezuela e viu sua vida mudar repentinamente três anos atrás. Tudo começou quando o seu filho mais velho se mudou para o Brasil, mais especificamente para a cidade de Maringá, no Paraná. Ele veio a convite de uma prima, já que possuía alguns familiares no país. E, posteriormente, a filha mais nova de Silvia falou que também gostaria de ir para Maringá, morar com o irmão. O planejamento da viagem foi bem rápido e, em menos de um mês, a caçula já estava na nova cidade.

Depois de um ano, chegou a vez de Silvia partir para a cidade paranaense, em setembro de 2019. Somado à vontade de visitar os filhos, ela veio com o objetivo de buscar novas oportunidades, para uma



Silvia Elena Prado (Arquivo pessoal)

melhor qualidade de vida, tendo em vista o [colapso político, econômico e humanitário](#) pelo qual a Venezuela vem passando, desde meados de 2013, por conta da crise de exportação de petróleo (principal fonte de riqueza do país) e de conflitos políticos.

A imigrante conta que essa situação fez ela e sua família passarem por muitas dificuldades. “O acesso aos serviços públicos era péssimo, os salários não cobriam necessidades básicas

como comida e remédio, tudo estava extremamente caro”, relata. Assim, sabendo que teria que morar em Maringá por um tempo indeterminado, Silvia já foi logo em busca de um emprego. Ela queria se ocupar e pensou, de cara, em procurar algo relacionado à costura, porque é algo que gosta muito de fazer.

Na Venezuela, tinha uma loja, mas foi obrigada a fechar as portas diante da crise do país. Ela também trabalhou como professora do

ensino fundamental, durante 31 anos. No entanto, devido ao processo de revalidação do diploma, que é caro e extremamente burocrático, Silvia resolveu começar um curso de costura e seguir nessa área durante sua estadia no Brasil. Quando estava fazendo o curso, foi trabalhar como costureira em uma fábrica de roupas, na parte de acabamento das peças.

A venezuelana aprendeu bastante com seus colegas de trabalho. Lá, conseguiu entender mais do idioma, porque a maioria dos que trabalhavam junto com ela eram brasileiros. E, apesar de entender mais o português, Silvia ainda tem dificuldades com a pronúncia de algumas palavras e até em compreender algumas gírias, já que as pessoas do círculo social dela não usam muito.

É a partir daí, que surge o papel da [Enactus](#), uma organização internacional sem fins lucrativos, em que voluntários atuam impactando a vida dos indivíduos. O grupo reúne estudantes, líderes e empresários, que possuem o desejo de desenvolver projetos sociais, por meio de ações empreendedoras.

A Enactus está presente em Maringá envolvendo os estudantes da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que formaram a [Enactus UEM](#), tendo como objetivo encontrar soluções para que as dificuldades de determinadas comunidades sejam sanadas.

Os trabalhos da organização surgem a partir da verificação de um problema dentro da sociedade e, com a questão da chegada de muitos imigrantes em Maringá, a equipe enxergou a necessidade de integrar essas pessoas, oferecendo, inicialmente, aulas de português, com o projeto Raízes e Asas, que foi reformulado e, dele, nasceu o Lavi. O novo projeto continuou com os mesmo membros do Raízes, mas, dessa vez, com o intuito de estabelecer pontes para ligar os imigrantes haitianos e venezuelanos a entrarem em contato com as empresas da região, ajudando, desse modo, pessoas como a Silvia.

Mas, antes de continuarmos essa história, você sabe o que é imigração? Qual a diferença entre imigração e migração? No vídeo abaixo, o Conexão Ciência tira algumas dúvidas.



A Enactus UEM está muito ligada ao significado de cada detalhe em suas iniciativas e com o nome desse projeto não foi diferente. “Como o Lavi atende a comunidade haitiana e venezuelana, a gente tentou associar o nome do projeto a uma das nacionalidades e a logo à outra. Lavi significa vida, no crioulo, que é a língua falada no Haiti. E a logo do Lavi é um turpial, que é uma ave símbolo da Venezuela, que também significa presença de vida. Onde tem turpial, tem vida também”, explicou Mariana Maria Silva Santos, estudante da UEM e coordenadora do Lavi.

Para fazer o projeto acontecer, atualmente, a Enactus UEM tem uma parceria com o Instituto Sendas, que é de Maringá e acolhe os imigrantes. “Eles disponibilizam os dados desses imigrantes e, a partir disso, a gente vai atrás das empresas. Um exemplo de parceria que o Lavi tem é com a Ecobio, uma empresa que produz ecobags a partir de um tecido feito de garrafas PET. Nós vimos que tínhamos mulheres imigrantes capacitadas na parte da costura e havia essa empresa de cunho social, totalmente alinhada com os valores da Enactus, precisando de funcionários. Então, a gente juntou essas duas esferas”, conta a estudante Maielly Adriana, coordenadora da Enactus UEM.



Equipe do projeto Lavi (Divulgação)

Silvia recorda que já tinha conhecimento do Instituto Sendas quando chegou em Maringá, porque sua filha já havia comentado com ela. “Nós morávamos perto do Instituto e acompanhamos todo o trabalho antes dele começar a funcionar. Estou, praticamente, aqui no Sendas, desde quando eles começaram a atuar.”

O Lavi já empregou quatro mulheres, incluindo a Silvia, na Ecobio. “É muito gratificante chegar ao Instituto Sendas e ver essas mulheres trabalhando. São pessoas com cerca de 50 anos, totalmente fora do padrão que o mercado de trabalho procura e, pessoalmente, é muito bom manter o contato e ver que elas são tão gratas pelo projeto. É totalmente mérito delas, às vezes, só faltava um Lavi ali na vida de alguém para fazer a ponte com as empresas”, declara Mariana Santos.

Além do contato da Enactus com os imigrantes, por meio do Instituto Sendas, a organização também participa de eventos em que a equipe do Lavi entrega um panfleto, no idioma da pessoa, com as informações do projeto e o número de algum membro, para que eles entrem em contato com o Lavi. A partir dessa comunicação, os participantes do projeto vão conhecendo mais sobre essas pessoas, podem contatar as empresas e iram passando as informações dos imigrantes para elas.

“A gente vê no que eles são capacitados e, muitas vezes, eles têm uma média de formação acadêmica superior à brasileira. Por exemplo, uma das imigrantes do Sendas é enfermeira, mas ela não consegue atuar no Brasil por conta da revalidação do diploma, que é caríssima e é um processo extremamente burocrático. Uma ideia seria colocar essa mulher em uma clínica de estética, que ela tivesse um curso técnico, para poder atuar em alguma área que seja parecida com a dela. Não é ideal colocá-la, por exemplo, como atendente em algum local, mas sempre buscar alinhar a formação acadêmica com o trabalho aqui no Brasil”, explica Maielly Adriana.

Além de todo o lado empreendedor, a Enactus UEM vê, ainda, o lado humano da imigração. Mariana Santos veio de Sergipe para Maringá e, quando chegou, sentiu-se muito desconfortável por estar em outro local, mesmo tendo feito a escolha de vir para universidade estadual, a UEM. “Imagina para os venezuelanos e haitianos o quanto deve ser difícil? Eu acho que a gente precisa alinhar os dois pontos, ter o lado humano de empregar essas pessoas e também saber o potencial que elas trazem pro mercado de trabalho em Maringá, porque, quando você olha os dados, você vê como essas são pessoas totalmente capacitadas e instruídas, mas que, muitas vezes, não conseguem ingressar no mercado de trabalho”, comenta a coordenadora.

O diferencial do Lavi é esse contato humano com os imigrantes, já que, por esse grupo estar necessitado de emprego, existem muitos casos de exploração quando se trata da questão de trabalho, e isso era um receio muito grande do Lavi, pensar como eles iriam acompanhar essas pessoas para que esses casos não ocorressem. A solução foi um plano de acompanhamento para o imigrante e para a empresa.

“A primeira parte é a de analisar o imigrante, a pessoa no seu particular e apresentar para empresa para ver se eles combinam. Se der certo, a gente acompanha a empresa para saber se o diferencial que a gente ofertou está sendo mesmo apresentado e, ao mesmo tempo, acompanhar o imigrante para saber se ele não está sofrendo nenhuma exploração, se está tudo bem e se ele está sendo acolhido no trabalho, ou seja, como está a integração dele lá dentro”, explica Mariana Santos.

Para facilitar a vida dos imigrantes, o Lavi está pensando, agora, na construção de um guia com todas as associações e institutos que lidam com a causa imigrante aqui em Maringá e até um passo a passo de como, por exemplo, ir até a uma UBS, ou mesmo, lidar com o passaporte. O objetivo do guia é ajudar o imigrante a estar mais situado quando chegar no Brasil ou em Maringá. Também está nos planos futuros do Lavi conseguir capacitar essas pessoas com cursos e outras atividades, dentro da Universidade.

Enfim, o Lavi está sempre buscando formas de agregar qualidade para a vida do imigrante e, apesar de não estar oferecendo nenhum curso no momento, a equipe está constantemente de olho em iniciativas profissionalizantes oferecidas pela Prefeitura de Maringá, que são muitas. As mulheres que foram empregadas pela Ecobio, por exemplo, foram capacitadas pela Prefeitura em um projeto da Secretaria da Mulher, que aconteceu em 2021, no Mês da Mulher, e todas as máquinas que estão no Instituto Sendas, onde elas trabalham, foram doadas pelo governo municipal.



A Prefeitura de Maringá está muito ligada às questões que envolvem a presença dos imigrantes na cidade. Em 2021, a Secretaria de Juventude, Cidadania e Migrantes (Sejuc), passou a ser responsável pelas políticas públicas voltadas para os imigrantes. A pasta tem à frente Emmanuel Predestin, o primeiro haitiano a ocupar um cargo no primeiro escalão municipal. Por meio da secretaria, a Prefeitura já lançou alguns projetos relacionados aos imigrantes, como a criação do Centro de Referência do Imigrante de Maringá e a lei que prevê o Conselho Municipal dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas.

No áudio abaixo, Fernando Vanalli, gerente de migrantes da Sejuc, fala sobre a criação desses projetos e como eles são importantes para a cidade:



O gerente de migrantes da Sejuc, Fernando Vanalli, comenta sobre as instituições criadas para o apoio aos imigrantes, em Maringá.

O conteúdo desta página foi produzido por

Texto: Maria Eduarda de Souza Oliveira e Milena Massako Ito

Revisão: Ana Paula Machado Velho

Edição de áudio: Maria Eduarda de Souza Oliveira

Edição de vídeo: Ingrid Lívero

Arte: Murilo Mokwa

Supervisão de Arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior

PERFIS

Jeane Eliete Laguila Visentainer: a menina que queria ser professora e cientista

Diz a canção que sonhos não envelhecem, que basta
contar compasso, que basta contar consigo

Texto: Silvia Calciolari



© Conselho Ciência Arte | Murilo Mokwa

A melodia do grupo mineiro Clube da Esquina bem cabe como trilha sonora para a voz compassada, firme e com clareza de raciocínio de [Jeane Eliete Laguila Visentainer](#) ao falar de sua vida e trajetória acadêmica. Sem nem mesmo ter consciência do que era ser uma cientista, quando menina, já tinha a curiosidade de saber como o corpo humano se defende das doenças.

Teve o pai como exemplo. O professor formado em Letras e Pedagogia, Marcílio Laguila, é seu grande referencial ainda nos dias atuais. “Eu gostava muito de estudar. E, por influência dele, acabei fazendo dois cursos paralelos no segundo grau, um deles o Magistério”, relembra.

Aos 18 anos, Jeane ingressou na Universidade Estadual de Maringá (UEM) para cursar Farmácia e Bioquímica e, digamos, se encontra com o sonho de criança no laboratório, especificamente, na área de Análises Clínicas. Sem a mãe já falecida e apenas com o pai para cuidar de duas filhas, Jeane chegou a ter dúvidas se teria condições financeiras para fazer um curso integral, sem trabalhar. “Meu pai fez um grande sacrifício para me permitir realizar esse sonho”. Mesmo antes de terminar o curso, Jeane já dava aulas para alunos do antigo 2º Grau, hoje Ensino Médio.

E ela também buscava se superar. Determinada a seguir os passos do pai no Magistério, ainda em 1988, Jeane nem bem termina a faculdade, se candidata e é aprovada para uma vaga de professora colaboradora (temporária), na UEM, na disciplina de Imunologia. Como tinha uma carga menor de trabalho, aproveitou para engatar o mestrado em Ciências Biológicas (Biologia Celular), no próprio campus e, ao término, fez concurso e foi efetivada na disciplina.

Nesta época, já casada com o também professor universitário do curso de Química, Jesuí Vergílio Visentainer, e com uma filha, Lorena, os três partiram rumo a São Paulo para o doutoramento duplo, na Unicamp. Ela em Clínica Médica, ele em Ciência de Alimentos. Os estudos iam bem, as áreas de interesse e pesquisa se consolidavam e as oportunidades iam surgindo. “O fato de ser casada com

um professor universitário, com o mesmo interesse pela ciência e objetivos comuns, facilitou muito o desenvolvimento da carreira”, ressalta.

Tanto é verdade tal confluência de energia que lá foram mãe, pai e filha para o pós-doutorado em Laval University, no Canadá. “A minha vida pessoal e a profissional sempre andaram juntas e esse apoio familiar foi fundamental para superarmos, juntos, os obstáculos e seguir em frente”, reflete.

Historicamente, o curso de Farmácia sempre foi dominado por maioria de mulheres. E desde que Jeane entrou na universidade no final dos anos 80 tem sido assim. Por isso, questões de gênero parecem não representar grandes obstáculos para o desenvolvimento da carreira acadêmica. É claro que cada mulher tem seus próprios demônios e desafios. Porém, percebe-se que o foco na pesquisa, ou mesmo na atividade profissional fora da academia, demonstra ser o foco principal dessas mulheres, que abraçaram a ciência, a docência e o desejo de fazer a diferença na sociedade.

Claro que no caminho muitas escolhas pessoais podem ter interferido nas decisões profissionais, ou vice-versa. Para Jeane, “o importante é que conseguimos uma interação muito boa entre nós e realizamos nossos sonhos, passando para a nossa filha a importância da educação, da carreira e, hoje, ela já encontrou seu caminho”. Na atualidade, Jesuí é professor aposentado do Departamento de Química, mas continua ligado à produção científica como bolsista 1B de produtividade em pesquisa do CNPq, inclusive trabalhando em pesquisas em comum. A filha Lorena é dermatologista, em Maringá.

E Jeane pode dizer que conseguiu unir os dois principais sonhos de criança como professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Maringá na área de Imunologia, com ênfase em Imunogenética e Imunohematologia. Agora ela é gestora na direção do Laboratório de Imunogenética da UEM, onde atende pacientes e doadores de medula óssea por meio dos exames de histocompatibilidade, que garantem o tão almejado transplante.

OPORTUNIDADE

Segundo Jeanne, um dos principais desafios impostos à carreira dela, foi a pandemia de Covid-19. Por causa do isolamento, ela sentiu falta do convívio com a família, e diz que também “pegou” a ausência da interação no laboratório e a distância dos alunos. “Foi um período de grande angústia”, lembra. Mas, depois de usar as ferramentas virtuais para discussões, foi possível estabelecer uma nova dinâmica, agora tendo o coronavírus como objeto de estudo e de forma remota.

O trabalho se concentrou na busca e avaliação dos artigos científicos que surgiram sobre o novo coronavírus. A professora lembra que a grande questão da Imunologia é saber por que algumas pessoas desenvolvem a forma grave da doença e outras não. “Ao mesmo tempo em que houve uma parte muito triste da doença, para nós cientistas criou-se uma oportunidade de buscar respostas”.

Como orientadora no Programa de Pós-graduação em Biociências e Fisiopatologia/PBF, do Centro de Ciências da Saúde, nível 5, pela CAPES, Jeanne tem ampla experiência na pesquisa do Sistema HLA, citocinas, genes KIR e MICA, imunologia do transplante e de grupos sanguíneos eritrocitários, susceptibilidade genética a doenças infecciosas e hematológicas e influência de alimentos funcionais no sistema imunológico. Todo esse conhecimento já é objeto de livros, artigos e trabalhos reconhecidos internacionalmente e, agora, está servindo de suporte para o enfrentamento da pandemia.

Hoje, estão sendo desenvolvidos projetos nessas áreas com colegas de trabalho de todo o Brasil, envolvendo a Covid-19 e a parte da genética dos indivíduos. “Tínhamos que verificar a seriedade da pesquisa e a metodologia para depois orientar como referência no enfrentamento da pandemia”. Os primeiros resultados das pesquisas orientadas pelo laboratório da UEM, na área da Imunogenética, devem ser publicados em breve.

E muito mais está vindo por aí, porque as mulheres da ciência da UEM estão dispostas e disponíveis de coração para enfrentar os desafios e ainda estimular a juventude para abraçar a educação, a

pesquisa e promover o conhecimento. Nós também pensamos “que de tudo se faz canção”, lembrando mais uma vez o Clube de Esquina. Jeane está confiante no futuro.



Jeane Eliete Laguila Visentainer tem o pai, Márcilio Laguila, como grande influência e incentivador (Arquivo pessoal)

CONFIRA A PRIMEIRA TEMPORADA DO PODCAST “DONAS DA CIÊNCIA”, E OUÇA A HISTÓRIA DA JEANE CONTADA POR ELA MESMA



Graduada em Farmácia pela UEM, Jeane Laguila conta, neste episódio, sobre seu sonho de ser professora e cientista.

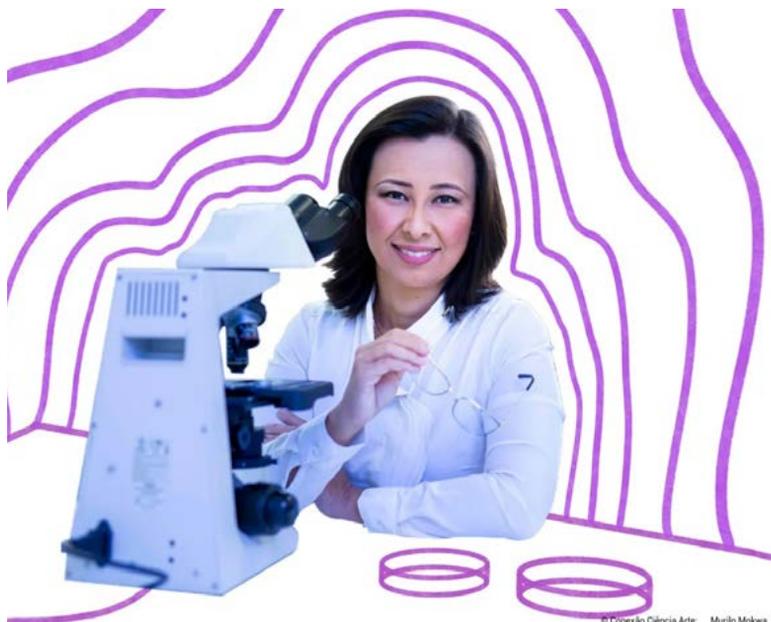
Texto: Silvia Calciolari
Arte: Murilo Mokwa
Supervisão de Arte: Tiago Franklin Lucena
Edição Digital: Gutemberg Junior

PERFIS

Érika Seki Cotica: a tempestade perfeita entre maternidade, docência e laboratório

“Qual curso contempla mais Química e Biologia? Farmácia? Então é esse que eu quero!”

Texto: Silvia Calciolari



© Conexão Ciência Arte: Murilo Mokwa

Muitos podem pensar que essa não é a forma usual ou ideal para escolher a graduação e qual carreira seguir, mas acreditam, funciona, sim, na grande maioria dos casos. E aqui temos um exemplo em que a sorte é o encontro da dedicação com o talento e vocação.

Na infância, Érika era uma menina muito dedicada e curiosa, com manifesto interesse pela ciência. Filha mais velha de quatro irmãos, a educação sempre foi prioridade para a família.

Aos 17 anos deixou a família com quem morava, em Curitiba, para estudar na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e viver no interior. “Foi preciso a desistência de três pessoas para que entrasse no curso, sendo fisgada na repescagem”, disse Érika, lembrando da angústia da espera, pois fazer cursinho mais um ano não estava nos seus planos.

Quem conhece e acompanha a carreira de professora, pesquisadora e cientista da UEM, [Érika Seki Kioshima Cotica](#), desde 2013, sabe do compromisso com a sua profissão de fé que é a pesquisa científica.

O que poucos sabem é que, neste período, Érika foi capaz de conjugar esforços e energias para realizar outro sonho que permaneceu latente: construir a própria família. E um dos maiores e mais caros exemplos de vida vem de sua mãe, Lauraci, mulher forte e obstinada, que deixou a carreira no Magistério para cuidar dos quatro filhos ainda pequenos.

Historicamente, o curso de Farmácia sempre foi composto, em sua maioria, por mulheres. Então, foi muito natural que outras tenham tido forte influência na vida acadêmica de Érika. Na graduação na UEM, foi a professora Terezinha Inez Estivalet Svidzinski. Graças ao seu estímulo e orientação, Érika foi direto para o doutorado em Microbiologia e Imunologia, na Universidade Federal de São Paulo, em 2009.

Durante toda graduação, priorizou as atividades de laboratório, com uma intensa participação no PET (Programa de Educação Tutorial) e tudo que envolvia análises clínicas. “Mesmo sendo uma alu-

na mediana na graduação, a professora Terezinha viu uma potência e um desejo pela pesquisa e me motivou a seguir esse caminho”.

Já no doutorado, foram seis anos morando em São Paulo e convivendo com outras seis mulheres de várias partes do país em uma república. “A gente brincava que era a casa das sete mulheres”, lembra dando uma gargalhada. Nesse período, a colega de curso Patrícia Xander, que já morava na capital, fazia parte do grupo e a acolheu com aquele cuidado e carinho que só quem tem amigos de faculdade sabe.

Érika recorda que, no final do doutorado, os desafios eram muito grandes e estava bem desmotivada a continuar. Foram muitas as dificuldades, desde a distância da família até sobreviver com uma bolsa de 700 reais. “Até hoje, nem sei como consegui!”.

Mas o que vem a seguir explica, em parte, o que a fez continuar. Érika retoma contato com Leandro, um colega da época da graduação na UEM, que conheceu durante a participação no PET de Informática, que hoje é seu marido e pai da Beatriz e Felipe.

Determinada a perseguir seu sonho, Érika partiu para um estágio pós-doutoral na Universidade de Brasília, no Departamento de Biologia Celular, atuando nas áreas de biologia molecular de fungos patogênicos e expressão heteróloga de proteínas recombinantes. Foi na capital federal que se conectou com a professora e supervisora do pós-doc Maria Sueli Felipe, mulher de personalidade forte, guerreira e que é sua parceira até os dias atuais. Junto com a professora Terezinha da UEM, a Sueli foi fundamental para definir os rumos da pesquisa e o campo de atuação. “São duas mulheres, junto com minha mãe, que me inspiram em todos os sentidos da minha vida”.

Em Brasília, as coisas melhoraram. Érika já tinha uma bolsa melhor, uma direção de pesquisa definida e um parceiro de, digamos, ‘aventura’ no sonho de construir uma família. No final de 2009, Leandro conseguiu transferência para uma unidade do Banco do Brasil e lá foram os dois viver no planalto central.

Foi quando surgiu um concurso para professor adjunto da UEM

e ela decidiu fazer, sendo aprovada em 2010 para ministrar as disciplinas de biotecnologia aplicada à Saúde e Micologia Médica na graduação. Mas não havia previsão de contratação imediata, talvez 2012, 2013.

Instigada pela mentora Sueli, em 2012 Érika pleiteia e consegue um estágio de pós doutoramento no LORIA (Laboratoire Lorrain de Recherche en Informatique et ses Applications) na França, na área de modelagem molecular e varredura virtual com foco no desenvolvimento de novos antifúngicos. “Tudo organizado para morar dois anos fora e a UEM resolveu me chamar dias antes de embarque”, conta. O estágio na França aconteceu, mas de apenas quatro meses e, segundo Érika, foi muito produtivo.

Mas o melhor estava por vir. Ao assumir o cargo na UEM, agora do outro lado do balcão como professora, Érika se vê no que atualmente chamamos de a ‘tempestade perfeita’. Mesmo diante dos novos desafios profissionais, seja como mulher, docente, pesquisadora, filha, esposa, agora ela seria mãe. “Eu queria muito ser mãe. Era algo muito claro pra mim e para as pessoas mais próximas. Por isso consegui administrar todas as demandas”.

E assim tem sido até hoje aos 41 anos, já com planos de futuro para novas pesquisas quando a pandemia arrefecer, os filhos crescerem, seja lá o que acontecer.

BIOSSEGURANÇA

Atualmente, Érika é coordenadora adjunta do Programa de Pós-graduação em Biociências e Fisiopatologia (PBF/UEM) e representante do Centro de Ciências da Saúde, no Comitê Assessor de Bolsas de Iniciação Científica – CABIC. Também é membro do Comitê de Ética no Uso de Animais em Pesquisa e coordenadora da Central de Tecnologia em Saúde (CTS/COMCAP) e tem importantes pesquisas em desenvolvimento sobre dengue, zika e chikungunya.

Na pandemia, os protocolos foram alterados para garantir segurança aos alunos, que passaram a desenvolver projetos remotamente. No começo do isolamento, especialmente, foram as revi-

sões da vasta literatura que já tinha sido produzida sobre o Sars-Cov 2 no mundo, que foi atualizada em tempo real devido à gravidade e letalidade da Covid-19.

Ainda em 2020, o grupo de pesquisa divulgou um estudo sobre a [eficácia das máscaras](#) para conter o contágio, além de atualizar as informações com os avanços obtidos pelo campo científico no tratamento da doença. “A pandemia foi a oportunidade de ampliar-mos nossos horizontes de pesquisa, formalizando parcerias que antes eram impensáveis. E vamos continuar nessa linha colaborativa”, aposta.

Agora, com maior conhecimento, os projetos prescindem de financiamento para dar prosseguimento às pesquisas. Em parceria com a professora Tânia Nakamura, Érika conta que em breve a UEM terá o primeiro laboratório de biossegurança (NB-3), graças à aprovação de um projeto da UEM, apresentado Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para viabilizar essa estrutura, ainda inédita no interior do Paraná

E é como Érika disse a um amigo que perguntou como ela conseguiu trabalhar e produzir tantos artigos em apenas oito anos de docência, maternidade e laboratório: “Não sei como eu faço isso!” Mas ela sabe, na verdade. “A sociedade precisa valorizar a ciência e as mulheres cientistas”. Precisamos, sim. Urgentemente.

CONFIRA A PRIMEIRA TEMPORADA DO PODCAST “DONAS DA CIÊNCIA”, E OUÇA A HISTÓRIA DA ÉRIKA CONTADA POR ELA MESMA



A docente Érika Kioshima expõe sua história, mencionando como foi essencial ter uma rede colaborativa de pessoas que contribuíram para a consolidação de sua carreira enquanto pesquisadora.



Érika Seki Cotica no primeiro ano da faculdade, preparando meio de cultura na microbiologia do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Análises Clínicas (LEPAC), ligado ao Departamento de Análises Clínicas e Biomedicina, da UEM. “Essa foto foi tirada para comemoração dos 10 anos do LEPAC, onde hoje eu sou professora e atuo” (Arquivo pessoal)

Texto: Silvia Calciolari

Arte: Murilo Mokwa

Supervisão de Arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutembergue Junior

PERFIS

Lígia Carreira: uma defensora das mulheres e do SUS

Você vai fazer vestibular para Enfermagem? Por que não faz Medicina? “Eu quero Enfermagem”

Texto: *Silvia Calciolari*



© Conexão Ciência Arte: Murilo Molwa

Foi assim ao responder a um parente, de forma taxativa e excluindo qualquer outra opção considerada mais “atraente” por muitos, que [Lígia Carreira](#) demonstrou seu encantamento pela Enfermagem e tudo o que representa uma das profissões mais procuradas e ocupadas por mulheres, desde sempre. A cada visita às Mostras de Profissões organizadas pelas escolas, Lígia se identificava com o trabalho da enfermeira e a grande importância para a saúde das pessoas.

Ao lembrar seu ingresso, em 1995, na Universidade Estadual de Maringá (UEM), uma das mais importantes instituições de ensino superior do Brasil e América Latina, Lígia explica que havia uma mística em torno da profissão com sendo exercida pelas “irmãs de caridade”, com muita abnegação e generosidade. “A Enfermagem contemporânea prevalece o cuidado ao ser humano, mas tal princípio é norteado por protocolos e métodos que obedecem a rigorosos modelos científicos”, enfatiza. E foi exatamente esse viés pela ciência que a atraiu.

Nascida e criada em Maringá, cidade do Noroeste do Paraná, Lígia atribui como obra do acaso o fato de ter se formado na profissão que faz seu coração palpitar até hoje, integrar o corpo docente da UEM e, atualmente, estar na coordenação do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.

Será que tudo é uma coincidência? Talvez não seja só uma questão de sorte ou meritocracia. Com certeza, há muito mais a ser considerado, como tudo que envolve o ser humano, ou seja: cada escolha pressupõe uma renúncia. E, quando se chega à universidade, não é diferente, diante das portas e janelas de oportunidades que se abrem para definirmos, digamos, o resto da nossa vida.

Vejamos. Dedicada aos estudos desde sempre, Lígia foi aprovada em primeiro lugar para uma vaga em Enfermagem e terminou o curso nos quatro anos curriculares, iniciando a carreira profissional logo após a formatura como tantas outras colegas. “Como hoje, naquela época o mercado de trabalho para a Enfermagem também tinha muitas e boas vagas, fazendo com que todas que obtêm o

diploma consigam atuar prontamente”, afirma.

Este não era o caso de Lígia. Inspirada pelos cursos extracurriculares, de extensão e pesquisa, as atividades de iniciação científica na graduação despertaram o desejo de descobrir tudo o que a universidade tem a oferecer em termos de desenvolvimento de saberes. O envolvimento em diversos projetos não era apenas uma “felicidade de caloura”. É aí que a mulher cientista desperta no coração de Lígia e a faz canalizar todas as energias para construir uma sólida e respeitada carreira acadêmica e gestão.

O sonho de fazer uma pós e abraçar a docência era latente, mesmo não tendo outros exemplos na família. Mas o incentivo dos pais à educação de nível superior sempre houve para a prole. “A universidade pública desenvolve esse espírito crítico e investigativo, não só a graduação técnica, mas estimula a formação para a área da pesquisa. Comigo foi assim e tudo é graças à UEM”, acredita.

Em paralelo, foi, ali na graduação, encantada com a vida universitária, que Lígia começa a namorar o então estudante de História, hoje o também professor da UEM, Christian Fausto Moraes dos Santos, seu parceiro também na vida acadêmica.

Tão logo pegou o canudo, Lígia começou a trabalhar no Hospital Santa Casa, junto à unidade de diálise, ao mesmo tempo em que fazia uma especialização, na própria UEM. Ao término, aparece a oportunidade de fazer o mestrado pela Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, concluído em 2002. “Eu já estava casada e ele fazia a pós aqui em Maringá. Foi um imenso desafio estar só, mas eu queria estudar na segunda escola mais antiga do Brasil”.

Sem nunca ter morado fora de Maringá, no começo do mestrado na cidade maravilhosa, recebeu o apoio de familiares de Christian, mas depois morou na casa de uma enfermeira aposentada, que alugava quartos para alunas de pós-graduação de outras partes do país. Os esforços valeram a pena. Pouco antes da defesa da dissertação, Lígia já havia sido aprovada em concurso para professor na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), com designa-

ção no campus de Guarapuava, região central do Paraná. O ano era 2002.

Para conciliar a docência com o doutorado, decide pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (USP), onde aprofunda sua pesquisa em Gerontologia. Ela lembra que, ainda na graduação, a paixão pela área se deveu muito fortemente ao professor da UEM de Saúde do Idoso, Oséias Guimarães de Andrade. Emocionada, conta que, em 2006, meses antes da defesa da tese, foi removida da Unicentro para a UEM para ocupar a vaga que foi do professor Oséias, em função do seu falecimento.

Antes de encerrar o doutorado, Lígia é aprovada para um estágio na Escola de Enfermagem Cidade do Porto, em Portugal. “Foi uma experiência marcante que reflete em minha pesquisa em Saúde de idoso até hoje”. Com o doutoramento encerrado, o fim dos deslocamentos entre cidades e a estabilidade da docência para ambos na UEM, Lígia e Christian decidem investir suas energias na formação de uma família. Porém, nem todos os esforços físicos e emocionais com longos e exaustivos tratamentos foram suficientes para obter êxito. E a vida continuou para os dois, mais unidos do que nunca.

Diferente do mestrado e doutorado, em 2015, o casal viajou junto para o estágio dela no pós-doutoral na Universitat de Barcelona, Espanha, no Programa de Doctorado en Enfermería y Salud, da Escuela Universitaria de Enfermería, sob orientação da doutora Montserrat Puig Llobet.

FORÇA DE TRABALHO

No Brasil, mais de 65% da força de trabalho na área da Saúde são mulheres. O Sistema Único de Saúde (SUS) é majoritariamente composto pelo feminino. “Se levarmos em consideração que 80% da população brasileira dependem do SUS, vemos a relevância, a força e diversidade das mulheres, especialmente demonstrado agora durante a pandemia”.

Por essa ampla representação, a área da Saúde foi uma das mais

impactadas pela Covid-19, com sobrecarga de trabalho e muitas mortes, especialmente junto à Enfermagem, que envolve também os técnicos e auxiliares.

Com sua formação e experiência, Lígia atualmente é líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Avançados e Pesquisas sobre Envelhecimento (NEAPE/UEM), estando diretamente envolvida em investigações voltadas para a linha de pesquisa de Enfermagem Gerontológica, além de atuar como consultora ad-hoc da CAPES, na área de Enfermagem. “O envelhecimento da população requer políticas públicas específicas para esse público e nós da universidade desenvolvemos pesquisas para ajudar nessa formulação”.

Passadas quase três décadas desde aquele longínquo 1995, quando iniciou a graduação, quem ouve Lígia falar percebe que o seu encantamento pela Enfermagem e pelas mulheres como protagonistas ainda persiste. Para colegas de docência e alunos, também é fácil perceber a alegria contagiante de quem ouviu o seu coração, aproveitou as oportunidades que se colocaram no horizonte e domou os seus demônios internos. Agora, colhe os frutos de todo seu esforço e dedicação. E os compartilha com toda a sociedade.

CONFIRA A PRIMEIRA TEMPORADA DO PODCAST “DONAS DA CIÊNCIA”, E OUÇA A HISTÓRIA DA LÍGIA CON-TADA POR ELA MESMA



Encerrando a primeira temporada, conheça a história de Lígia Carreira, atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UEM, que se identificou com a enfermagem desde muito nova, ao frequentar as Mostras de Profissões organizadas pelas escolas.



Lígia Carreira e Christian Fausto Moraes dos Santos em Barcelona, Espanha (2011)
(Arquivo Pessoal)

Texto: Sílvia Calciolari
Arte: Murilo Mokwa
Supervisão de Arte: Tiago Franklin Lucena
Edição Digital: Gutemberg Junior

PERFIS

Paula Natali: das brincadeiras ao Brincadeiras

Mulher, educadora social, militante, pesquisadora, professora e extensionista, com muito orgulho

Texto: Rafael Donadio



Quando criança, Paula Natali já passava boa parte de seu tempo dentro e ao redor da Universidade Estadual de Maringá (UEM), no Paraná. Além de ter nascido e crescido na Zona 7, bairro em que se encontra o campus sede da universidade, ela também acompanhava a mãe, professora da UEM, durante o trabalho, jogava basquete nas “quadras de cima” e andava de patins dentro do campus. Ainda menina, a vida universitária já fazia parte de seu mundo, mas talvez ela não imaginasse o quanto essa influência seria determinante para sua carreira profissional.

Atualmente, Paula é professora do curso de Educação Física, na UEM, no Câmpus Regional do Vale do Ivaí, em Ivaiporã; coordenadora e educadora social do Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de e nas Ruas; e coordenadora do Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente ([PCA – PEC/UEM](#)) e do Grupo de Estudo Educação Social, Infância e Ludicidade.



Paula Natali (ASC/UEM)

No momento de prestar vestibular e escolher os primeiros passos profissionais, a carreira de professora já era algo certo, nunca teve outra opção que não a Educação Física. Isso veio de forma natural, guiado pelo encanto que tinha pelos professores de dança e de natação, que praticou durante 19 e 15 anos. Quando formada, fez mestrado em Educação, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), também no Paraná, e, ao retornar, foi Técnica Desportiva da Prefeitura de Maringá, dando aula de natação, e professora temporária no Departamento de Educação Física, na UEM. O doutorado, também na UEM, foi realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE). Durante a produção de sua tese, Paula foi efetivada como professora adjunta da universidade.

Mas é claro que o processo de formação como pesquisadora não veio de um dia para outro. Iniciou quando menina, convivendo com a mãe e colegas de trabalho. “Isso sempre foi uma constante na minha vida e eu sempre tive vontade de ser desse jeito também, sempre achei interessante e importante esse grupo de mulheres com as quais eu tive o privilégio de conviver”, relata Paula

Muitas pessoas diziam para ela escolher uma profissão que lhe trouxesse uma maior remuneração, mas ela seguiu os conselhos dos pais, que sempre a orientaram a fazer o que gosta. “Eu sou muito feliz com o que eu faço, principalmente hoje, que sou coordenadora do projeto e do programa que acompanho e participo desde o primeiro ano da graduação, aos 17 anos de idade, o Projeto Brincadeiras e o [PCA](#)”.

O desenvolvimento de Paula, como mulher e militante, sempre caminhou lado a lado à sua formação como pesquisadora, professora e extensionista. Ela diz ter muito orgulho de ser uma mulher pesquisadora e militante. E também conta ter muita sorte de conviver, no PCA, com pessoas que superaram qualquer tipo de preconceito em relação às mulheres. Por onde ela passou na universidade, esses problemas não foram muito dolorosos e sofridos. E se foram, ela estava preocupada com outras coisas e foi passando, como ela mesmo declara, confiante e realizada.

Mas isso não quer dizer que ela não reconheça os obstáculos que ela e todas as mulheres precisam superar durante a carreira acadêmica. “A ciência ainda é um grupo muito masculino, então, a gente sempre precisa provar e divulgar as nossas competências. A gente precisa se impor e pedir a palavra várias vezes para sermos escutadas”, afirma Paula.

E assim, com a força e dedicação de Paula e de todos os outros integrantes, o Brincadeiras com Meninos e Meninas de e nas Ruas completa 25 anos em 2022. Ligado ao PCA, eles trabalham com crianças e adolescentes com direitos violados, identificando e denunciando as violações e realizando discussões sobre o assunto, amparados por algumas legislações, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A coordenadora ressalta que a linguagem da educação não é a única trabalhada dentro do projeto. Todas as atividades são realizadas com foco nos direitos humanos, em diferentes perspectivas. Por isso, o Brincadeiras é composto por alunos de vários cursos: direito, enfermagem, artes cênicas, psicologia, além de professores da história, do serviço social, da pedagogia, da educação física etc. “O que nos liga é a busca pela garantia de direitos e ensinar sobre isso”, finaliza.

PANDEMIA

Sustentado pela pesquisa, pelo olhar crítico para o problema e pela formação dos acadêmicos, o Brincadeiras atua nas ruas, nos espaços da cidade e em conselhos, reuniões e discussões relacionadas aos direitos dos jovens. E assim era feito até março de 2020, quando aconteceu o lockdown e o fechamento de toda a cidade, e o direito à brincadeira foi praticamente negado às crianças e à comunidade, impossibilitando as atividades que o projeto realiza nas ruas, diretamente com as crianças e os adolescentes.

A única saída seria, portanto, adaptar para o remoto. Mas mesmo assim, as atividades continuaram prejudicadas e impossíveis a

muitos jovens, que não tinham acesso a celulares, internet ou computadores. Alguns adolescentes, que já tinham acesso a essas ferramentas e participavam de um grupo de WhatsApp com os alunos e professores do Brincadeiras, continuaram os “encontros” pelo aplicativo, com atividades e assistindo filmes e documentários.

Mas com o tempo, outro problema surgiu: muitos deles deixaram de participar, porque se viram obrigados a entrar no mercado de trabalho, por causa da crise que atingiu o país e o mundo. Com os mais novos, a alternativa foi retomar contato com quem já participava e anunciar o projeto nas redes sociais e carros de som, que circulavam pelas ruas de alguns bairros.

Já para os educadores e graduandos, a dificuldade maior foi se adequar ao virtual, especialmente ao trabalho com os direitos humanos. Mas o Brincadeiras de forma remota também trouxe alguns benefícios: foi possível realizar eventos e cursos de formação para professores e educadores sociais com especialistas de outros estados e até de outros países. Também foram realizados cursos sobre pandemia, direitos humanos e a educação na pandemia. Além disso, o projeto proporcionou uma nova experiência: eles puderam “entrar” na casa das pessoas, ao mesmo tempo em que as crianças e suas famílias entravam na casa de cada um dos integrantes.

A adequação dentro de casa, precisando modificar todo um cômodo para que se criasse um ambiente de trabalho, também não foi nada fácil. Para Paula, no início da pandemia, com dois filhos pequenos, um com três meses e o outro com dois anos, a função como docente e extensionista foi ainda mais complexa, porque foi preciso lidar com os dois brincando e passando de um lado para o outro durante as aulas e reuniões. Mas por outro lado, existe também o impacto para os filhos, que ficaram todo esse tempo dentro de casa, crescendo longe da comunidade e da escola. A dinâmica familiar é completamente modificada, ao ponto do filho mais novo de Paula, agora com 2 anos, dizer que o trabalho da mamãe é no.... computador. E não na UEM.

Para que tudo voltasse a funcionar da melhor maneira possível,



Paula Natali quando criança
(Arquivo pessoal)

as atividades do grupo aconteceram antes mesmo do encontro presencial, realizando contato com a prefeitura, com pessoas de bairros que já participavam do projeto e com o mapeamento do entorno da UEM, feito pelos alunos. O Brincadeiras, neste ano, retorna com atividades no bairro Vila Esperança.

A volta às atividades presenciais também não é fácil, assim como os direitos e o reconhecimento do trabalho feminino, ainda mais no período em que vivemos. Mas isso continua não abalando a professora e pesquisadora Paula Natali, que acrescenta: “A constância e seriedade do trabalho vão compondo um cenário em que as pessoas ficam com o pé atrás de serem desrespeitosas. Ainda mais com uma pessoa que trabalha com direitos humanos”.

CONFIRA A TERCEIRA TEMPORADA DO PODCAST “DONAS DA CIÊNCIA”, E OUÇA A HISTÓRIA DA PAULA CONTADA POR ELA MESMA



Mesmo com a existência do Papanicolau, por que os números de casos e de mortes por conta dessa doença ainda são tão altos? É sobre isso o quarto e último episódio do Conexão Saúde. Roteiro: Ana Paula Machado Velho e Beatriz Kruse Edição: Milena Plahtyn Locução: Ana Paula Machado Velho

O conteúdo desta página foi produzido por

Texto: Rafael Donadio

Arte: Murilo Mokwa

Revisão: Ana Paula Machado Velho

Supervisão de Arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior

PERFIS

Amalia Donegá: uma vida dedicada à justiça, à educação e à ciência

“Fiz Direito, a única coisa que eu sempre pensei que pudesse fazer, nunca cogitei qualquer outra profissão”

Texto: Rafael Donadio



© Conexão Ciência Arte | Murilo Makiwa

Ainda muito nova, na educação básica, a filha caçula de Antônio e Lourdes, Amalia Regina Donegá, já tinha alguns caminhos muito bem planejados para o futuro: o de estudar e o de ser advogada. “Passei no vestibular da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e fiz Direito, que foi a única coisa que eu sempre pensei que pudesse fazer, nunca cogitei qualquer outra profissão”, diz Amalia. O motivo de escolher tão cedo e com tanta certeza a advocacia? Nem ela sabe explicar, simplesmente foi assim.

Com pai operário, mãe costureira e uma família que ela considera “muito humilde, do ponto de vista econômico e cultural”, nunca foi imposto a ela o trabalho braçal. Muito pelo contrário, os pais deram a oportunidade de não precisar trabalhar no campo. Deram aos filhos a oportunidade de se dedicarem, exclusivamente, ao estudo.

Ao se formar, Amalia passou em concurso público e assumiu o cargo de Advogada do Estado, tendo a “sorte”, como ela mesmo descreve, de trabalhar na UEM. Na década de 1980 e 1990, a Defensoria Pública do Estado ainda não era muito bem estruturada, por isso, eram os advogados do curso de Direito da universidade que realizavam esse serviço gratuito para o público. Foi nesse período que a recém formada começou a trabalhar com o direito penal, uma área que sempre gostou e teve habilidade. Ela passou, então, a atuar como defensora na área criminal, fazendo quase todos os atendimentos da população de Maringá.

Aquela menina que não pensava em outra coisa, a não ser o direito, abriu o leque de possibilidades e passou a seguir, também, a carreira de docente na UEM, como professora da área criminal, além do mestrado em Direito Penal, na mesma universidade. Em 2010, convidada pelo reitor em atividade, ela precisou tomar uma decisão difícil na carreira, largando a advocacia penalista para atuar em uma diretoria administrativa.

Quando se aposentou da procuradoria jurídica, Amalia continuou com a docência e, a partir de então, a história da professora começa a caminhar em direção ao Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude (Neddij), um programa criado em 2006,



Amalia Regina Donegá (ASC/UEM)

ligado a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC), no qual ela atua, hoje, como coordenadora.

Quando se aposentou da procuradoria jurídica, Amalia continuou com a docência e, a partir de então, a história da professora começa a caminhar em direção ao Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude (Neddij), um programa criado em 2006, ligado a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC), no qual ela atua, hoje, como coordenadora.

“Eu formatei o Núcleo nos mesmos moldes que a gente tinha na assistência judiciária, só que voltado exclusivamente ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. No Neddij, nós temos advogados, estagiários do curso de Direito, psicólogos, estagiários do curso de Psicologia e docentes, responsáveis pela orientação”, explica a coordenadora.

Entre todos os serviços prestados pela UEM, o Núcleo Maria da Penha (Numape) é responsável pelo atendimento jurídico e psicossocial das mulheres vítimas de violência doméstica, enquanto o

Neddij atua em casos de violências domésticas que atingem, especificamente, o público infanto-juvenil e também adolescentes em conflito com a lei. “O nosso trabalho é dedicado ao melhor interesse da criança e do adolescente, nós não somos advogados porque o pai quer ou a mãe quer. Por isso que a gente faz uma avaliação psicológica e um contato com a rede de proteção toda, para saber exatamente onde está o problema e, ao nosso juízo, sabermos se vamos aceitar o caso ou não”, especifica Amalia.

São ações de guarda, de pensão alimentícia, que a mãe pede contra o pai que se separou, avó pede em relação ao genro, ou mesmo avó e avô que pedem a guarda de uma criança, porque a mãe está em situação de rua, por exemplo. Atendem, também, casos de direitos violados pelo próprio estado, fazendo valer o que está prescrito na constituição ou em leis ordinárias. Todos os direitos das crianças e dos adolescentes, violados pela família, pelo estado e pela sociedade, quando não resolvidos com ajustes e acordos, devem ser resolvidos por vias jurídicas, pelos advogados e alunos do Neddij.

Completando 16 anos em atividade, o Núcleo já está presente em todas as universidades estaduais do Paraná. Nesse percurso de quase duas décadas, a UEM e a Universidade Estadual de Londrina foram as únicas universidades que mantiveram sempre a mesma coordenação. Esse é um dos motivos de Amalia também estar na coordenação estadual do Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude, desde 2020.

Ainda como docente, a professora do curso de Direito desenvolve pesquisas na área do direito penal, que acabou se dirigindo, graças aos anos de atuação com crianças e adolescentes, para pesquisas relacionadas ao direito infanto-juvenil. “Os meus bolsistas, quando investem no nosso trabalho, já sabem que têm o compromisso de trabalhar com a pesquisa, com a área de estudos e com a extensão. Então, necessariamente, a gente sempre está com um projeto de pesquisa, um projeto de ensino e pelo menos um projeto de extensão em andamento. Sempre”, diz Amalia.

PANDEMIA

No período de pandemia e distanciamento social, o Neddij não parou de funcionar um único dia. Em março de 2020, quando a OMS já havia decretado uma pandemia, Amalia entrou em contato com a PEC e logo começaram atuar de forma remota. Como em muitos serviços, foi preciso ativar um WhatsApp próprio e divulgar o número de contato em todos os meios de comunicação possíveis.

Infelizmente, o serviço deles aumentou muito, não só pelo aumento de casos de violação de direitos, mas também por causa da celeridade dos atos processuais, que ficaram mais transparentes e ágeis. Entre tantos problemas que enfrentou na pandemia, Amalia aponta essa maior eficácia do processo como um benefício para a área do direito.

Agora, com as atividades voltando novamente a funcionar, o problema do Neddij e da sua coordenadora é outro. Depois da população ter se acostumado a fazer praticamente tudo pelo WhatsApp, o retorno ao presencial encontra resistência. Sem contar as arrumações e ajustes que precisam ser feitos no Bloco 3, onde funciona o núcleo. “Parece que teve um vulcão, todo mundo correu pra casa, deixou tudo do jeito que estava, e voltou dois anos depois. Quando entramos, tinha brinquedo de criança em cima da mesa, aparelho quebrado, uma bagunça”, relata Amalia.

Determinada e muito focada, ela passou por todas as dificuldades da carreira de cabeça erguida, sem nem mesmo notar muitos dos obstáculos que as mulheres precisam superar na profissão. Essa garra ela atribui à personalidade e ao temperamento. “Eu sofri assédio ou qualquer outro tipo de coisa, mas ao mesmo tempo que isso possa ter me incomodado, eu aprendi como me desvencilhar na mesma hora, às vezes eu até tiro vantagem”, comenta.

Casada e com filhos e netos, Amalia soma 40 anos no mundo jurídico, além de alguns outros no mundo educacional e científico. Ela tem muito orgulho da sua caminhada profissional e de sua vida pessoal, e diz, com muita convicção e determinação, que não está nem próxima de “entregar as botinas”.



A menina Amalia Regina Donegá (Arquivo pessoal)

CONFIRA A TERCEIRA TEMPORADA DO PODCAST “DONAS DA CIÊNCIA”, E OUÇA A HISTÓRIA DA AMALIA CONTADA POR ELA MESMA



A docente Amalia Regina Donegá expõe sua história, contando a trajetória que a levou a sua formação profissional e, principalmente, como ser humano.

O conteúdo desta página foi produzido por

Texto: Rafael Donadio

Arte: Murilo Mokwa

Revisão: Ana Paula Machado Velho

Supervisão de Arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior

PERFIS

Isadora Vier: da dificuldade é possível tirar força para lutar pela UEM e pelas mulheres

“A ciência me faz uma mulher mais forte, apesar de eu já me considerar uma pessoa forte por ser mulher”

Texto: Rafael Donadio



© Conexão Ciência Arte - Murilo Mokwa

“Minha vida, na verdade, começou na universidade e eu nunca saí dela”. Isadora Vier, pesquisadora, professora adjunta do Departamento de Direito Público da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e criadora e coordenadora do projeto de extensão Núcleo Maria da Penha (Numape/UEM), passou boa parte da infância e da adolescência dentro da universidade, acompanhando a mãe na rotina de professora universitária. Mesmo sem entender tudo aquilo que ouvia e presenciava, o fascínio pela primeira mulher cientista com quem cruzou



Isadora Vier (ASC/UEM)

foi inevitável.

Apesar de ter cursado Direito, a pretensão de Isadora nunca foi o judiciário. Muito pelo contrário, naquele momento, dentro da mesma universidade onde cresceu, ela decidiu, definitivamente, que seria professora: “Para alegria ou tristeza da minha mãe, quando percebeu que eu tinha seguido a mesma carreira que ela”, brinca a pesquisadora. A batalha constante de uma universidade pública e de seus servidores, pelo Ensino Superior gratuito e de qualidade no Brasil, foi, também, uma importante influência para que ela desenvolvesse ações como

ativista.

“Como mulher, eu já vivenciava essa experiência de diferentes formas, talvez não tão escancarada ou brutal, mas em contextos micro-políticos da minha vida, já era algo que me interessava e me chamava atenção. Mas o que aconteceu, especificamente, para me levar até a Lei Maria da Penha, e ao Núcleo Maria da Penha, foi o fato de a lei ser aprovada enquanto eu estava na universidade”, esclarece Isadora.

Com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), ela deu o primeiro passo como pesquisadora. O trabalho recebeu o prêmio Construindo a igualdade de gênero, o que lhe rendeu mais uma bolsa Pibic. Os estudos foram se complementando e, depois de formada, ela ingressou no mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), voltado para a violência contra as mulheres, de um edital da então Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM).

O ingresso para o doutorado veio logo depois, também na UFSC, com bolsa também da SPM e, mais uma vez, voltado à violência contra mulheres. A única diferença em relação à graduação e mestrado era que, naquele momento, a pesquisa seria interdisciplinar, contando com a orientação de uma antropóloga. “Foi bom para arejar um pouco as ideias e encaminhar um estudo um pouco mais complexo. Isso me estimulou a continuar na academia com o mesmo tema que eu vinha estudando desde a graduação”, explica.

O trabalho foi premiado como a melhor tese sobre a Lei Maria da Penha do Brasil, o que rendeu a Isadora uma bolsa para o pós-doutorado, no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, da UFSC, sobre o conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha.

NÚCLEO MARIA DA PENHA (NUMAPE/UEM)

A criação do Numape foi uma importante realização profissional para ela e, atualmente, é também muito significativa para a universidade e para a comunidade maringaense. Efetivamente, o Núcleo começou a funcionar em 2016 e surgiu da vontade de Isadora de concretizar tudo o que havia estudado e pesquisado no seu percurso acadêmico.

O projeto atende mulheres em situação de violência doméstica e fa-

miliar ligada à Lei Maria da Penha, que estejam dentro do recorte de hipossuficiência econômica (incapacidade financeira para custear as despesas relacionadas ao acesso à justiça).

Os atendimentos jurídicos são realizados por uma equipe de quatro advogadas e duas estagiárias do curso de Direito. Mas existem, também, os atendimentos psicossociais, que são realizados por duas psicólogas (uma bolsista e uma residente técnica) e uma estagiária do curso de Psicologia. Completam a equipe, como orientadoras, a Isadora, a professora Crishna de Andrade Correa e a professora Gláucia Brida.

Um espaço que se propõe a escutar, acolher, orientar e realizar um encaminhamento especializado a mulheres vítimas de violência, teve o trabalho, durante a pandemia, quase que triplicado. “É uma epidemia dentro de uma pandemia”, define Isadora. Ela explica que foram diversos os fatores para o aumento de casos, entre eles: crise econômica, que acarreta maior uso de álcool e drogas, e redes de apoio que interromperam os atendimentos ou que passaram a funcionar remotamente, impossibilitando o contato com muitas mulheres sem condições de custear um serviço telefônico.

PANDEMIA

Adequação ao distanciamento, sem qualquer treinamento ou experiência para uma situação como essa, e falta de desenvolvimento de um protocolo unificado dos serviços públicos para esse tipo de atendimento foram alguns dos obstáculos das redes de apoio às mulheres. O Numape, especificamente, teve um agravante, que foi o período de degradação de estrutura e equipamentos da própria universidade, com a diminuição gradativa de repasses financeiros e descrédito e desinteresse com a ciência e a educação.

“Apesar da gente ter recebido suporte incondicional da Pró-Reitoria de Educação e Cultura (PEC/UEM), a gente sempre teve problemas durante o período de isolamento social: celulares que a gente teve que custear e disponibilizar por conta própria, por exemplo”, relata a coordenadora.

Os atendimentos do Núcleo, entretanto, nunca pararam. Todas as in-

tegrantes continuaram realizando suas funções de forma remota, até o dia de produção dessa matéria. Isadora sabe que o retorno às atividades presenciais pode ser tão duro quanto o período de pandemia, mas a determinação dela continua crescendo. “O que foi construído, não vai se perder nesse processo. Muito pelo contrário, ele só me encorajou a fazer mais pela universidade e por essas mulheres, e a me remoldar como mulher cientista dentro das possibilidades”, diz, confiante.

“A pandemia impactou imensamente a minha vida pessoal, porque coincidiu com a maternidade. A gente tinha feito um planejamento muito grande para ter a nossa filha, porque a carreira acadêmica exige bastante dedicação, mas fomos surpreendidos. Foi uma experiência de frustração muito grande, porque eu fiquei seis meses afastada, em licença maternidade, e quinze dias depois do meu retorno à universidade, a pandemia começou”, desabafa Isadora.

Ela imaginava poder investir em uma criação que, minimamente, dentro do atual contexto social, possibilitasse uma vida em liberdade para a filha, mas se viu, naquele momento, sem sequer poder sair à rua. A imagem que ela tinha da infância, circulando e brincando pela UEM, e que pensava proporcionar à filha, teve que ser reformulada. Isadora teve de aprender a construir uma relação materna que fosse livre dentro das paredes de casa.

Na vida acadêmica, Isadora, como mãe, cita outros obstáculos: a cobrança e a expectativa para que as mulheres desempenhem papéis de cuidado não só dos filhos, mas também dos familiares, além das atividades profissionais. Ou também a diferença do tempo entre licença paternidade e licença maternidade ou a expectativa social da mãe ser a pessoa a apresentar a criança como instruída, arrumada e educada para a sociedade.

Lembrando de seu imenso privilégio como mulher branca, cisgênero, de classe média e acadêmica, ela afirma: “São inúmeras as dificuldades para ser mulher em qualquer lugar desse país, especialmente neste momento. Todas nós, cada qual no seu lugar e com sua experiência de vida, aprende que, se a gente quiser construir um espaço, a gente tem que encontrar nossas ferramentas”.

Na história de Isadora, as formações, pessoal e profissional, andam juntas, uma contribuindo com a outra, encontrando não apenas suas ferramentas, mas também aquelas necessárias para a construção do espaço de milhares de outras mulheres: “A ciência me faz uma mulher mais forte, apesar de eu já me considerar uma pessoa forte por ser mulher”.



Isadora Vier (no degrau mais alto), com a mãe e a irmã, na Universidade de Montréal, onde a mãe fez doutorado sanduiche (Arquivo pessoal)

CONFIRA A TERCEIRA TEMPORADA DO PODCAST “DONAS DA CIÊNCIA”, E OUÇA A HISTÓRIA DA ISADORA CONTADA POR ELA MESMA



Graduada em direito pela UEM, a professora Isadora Vier Machado conta um pouquinho sobre as influências que teve em sua vida que a levaram a trilhar esse caminho.

O conteúdo desta página foi produzido por

Texto: Rafael Donadio

Arte: Murilo Mokwa

Revisão: Ana Paula Machado Velho

Supervisão de Arte: Tiago Franklin Lucena

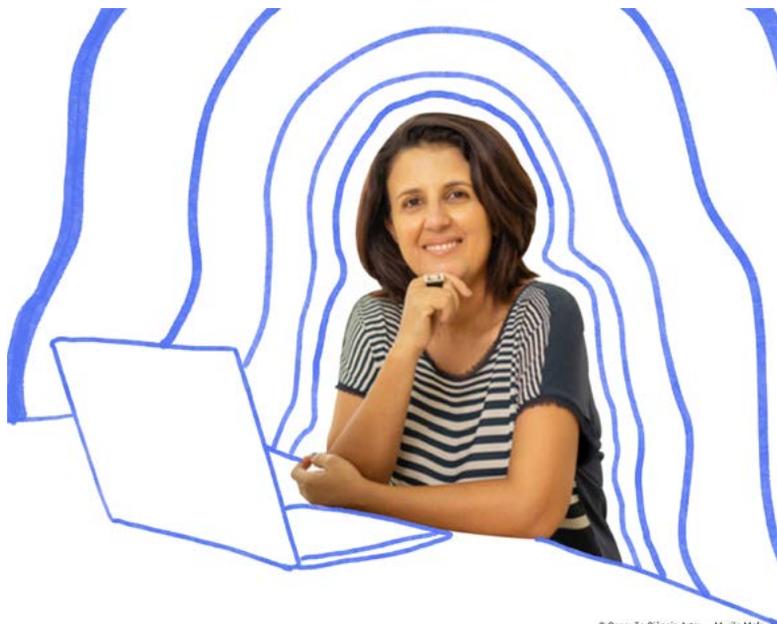
Edição Digital: Gutemberg Junior

PERFIS

Glaucia Valeria Pinheiro de Brida: formada pela força e pela luta dos professores estaduais

Profissão: Psicóloga, professora, pesquisadora e cientista

Texto: Rafael Donadio



© Conexão Ciência Arte: Murilo Makwa

“Sempre tive uma proximidade muito grande com a Universidade Estadual de Maringá (UEM), considero como minha casa desde sempre”. Essa fala, da professora do Departamento de Psicologia da UEM (DPI/UEM), Glauca Brida, é apenas um exemplo da ligação que a universidade tem com toda a família dela. O pai, por exemplo, estudou ali na década de 1970, em um curso que, na época, era chamado de Estudos Sociais.



Glauca Valeria Pinheiro de Brida (ASC/UEM)

A filha de Glauca, que tem, atualmente, 24 anos, também estudou e se formou na UEM, no curso de Direito, assim como outros familiares. Essa ligação não vem apenas do fato de ser maringaense, mas também do fato de sempre ter estudado em escola estadual, o que, para ela, foi uma vivência importante. Ali, ela acompanhou, desde menina, as lutas que os professores tiveram para realizar as atividades do dia a dia e para também garantir um ensino público de qualidade. Além disso, estudando com professores de ensino médio que também eram docentes na UEM, ela fez muitas visitas, trabalhos e outras atividades dentro do campus da universidade.

“Talvez, a luta deles é que foi me inspirando ao longo do tempo. A formação não acontece só quando a gente entra na graduação, ela acontece no primeiro momento em que a gente entra em contato com

a escola, com o tipo de escola e o tipo de vivência que a escola te permite”, explica Brida. Ela acrescenta que esses são os motivos dela gostar tanto de estar onde está e os motivos que a levam a defender tanto a universidade, “nesse momento tão difícil que ela atravessa”.

Glauca também é chefe adjunta do Departamento de Psicologia, coordenadora geral da Unidade de Psicologia Aplicada (UPA), orientadora da equipe psicossocial do Núcleo Maria da Penha (Numape) e organizadora, junto a estagiárias do curso de Psicologia, do Somar – serviço de atendimento psicológico às mulheres em situação de violência.

Mas para entender o percurso trilhado por ela, é preciso voltar um pouco no tempo. Recém-formada, ela fez especialização em Psicanálise e Civilização, também na UEM. Quando ainda estava terminando a pós-graduação, ela foi aprovada no mestrado de Psicologia Social, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ali, ela continuou o trabalho que havia começado na especialização, sobre feminilidade, tentando entender a demanda de mulheres para grupos de gestantes.

Em seu percurso na pós graduação, Brida teve, entre tantas outras situações, dois exemplos da desigualdade de gênero, dentro e fora do mundo acadêmico. O primeiro exemplo, refere-se aos questionamentos que as pessoas fizeram ao saberem que ela iria para São Paulo. Por que ela, mãe e com um bebê, iria para outro cidade, em outro estado, para estudar? Perguntas que, provavelmente, não seriam feitas a um homem.

O segundo, refere-se a entrevista que fez como uma das etapas do processo seletivo do mestrado. Naquele momento, estava presente um professor que sabia que ela havia se tornado mãe a pouco tempo e questionou como ela faria a especialização tendo um bebê pequeno. Também outra pergunta que, provavelmente, não teria sido feita para um homem. Para Glauca, isso foi uma demonstração de como o espaço acadêmico ainda é muito masculino e não leva em consideração as demandas das mulheres.

Dentro da universidade, no percurso trilhado na ciência, as dificuldades são as mesmas daquelas enfrentadas pelas mulheres do lado de fora dos muros da academia. Mesmo em áreas com maior número de mulheres, como a Psicologia, os espaços com cargos mais valorizados são, a maioria, ocupados por homens.

“Eu tinha uma orientadora que dizia que a gente consegue ver se a profissão é valorizada socialmente, de acordo com o número de homens. Essa inversão numérica das proporções, revela a dificuldade que as mulheres enfrentam. Não é fácil”, comenta a psicóloga.

Finalizado o mestrado, Brida trabalhou como psicóloga no Centro de Referência da Criança e do Adolescente, da Prefeitura Municipal de Maringá. A partir do trabalho com meninas e mulheres em situação de violência, no doutorado, também feito na PUC-SP, no Programa de Psicologia Clínica, ela trabalhou com o tema, buscando compreender as repercussões psíquicas da violência sexual na infância em mulheres e meninas. Neste período ela era docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, onde coordenou projetos de atendimento psicológico às mulheres e crianças em situação de violência sexual.

Quando voltou para Maringá, em 2013, e ingressou no DPI/UEM, ela passou a desenvolver e trabalhar em projetos voltados a violência contra as mulheres. “Ao estudar a violência sexual, a gente vê que os principais alvos são mulheres e meninas. Trata-se de uma violência de gênero, então eu passei a trabalhar com uma visão mais ampliada, não apenas contra crianças”, explica Glaucia.

PANDEMIA

Assim como todos os outros trabalhadores do mundo, a coordenadora geral da UPA, teve que lidar com um difícil processo de adaptação nos atendimentos durante a pandemia. Foi preciso transformar um serviço-escola com atendimentos psicológicos 100% presenciais em um serviço-escola on-line, do dia para a noite. Foi preciso participar de diversas reuniões de muitas reuniões e discussões da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e do Conselho Federal de Psicologia (CFP), porque, até então, não era permitido o atendimento on-line por alunos. O primeiro problema estava resolvido: o atendimento remoto realizado pelos alunos foi autorizado, de acordo com algumas recomendações do CFP.

O segundo problema começou assim que o primeiro foi resolvido. Eles não tinham nenhum tipo de estrutura para fazer o atendimento de forma remota. “Nós tivemos que refazer todo o nosso fluxo e pro-

tolos de trabalho, criar todo um sistema por meio de pastas no Google Drive, instituir uma carta de serviços com detalhamento das ações. Tivemos que modificar todos os documentos que tínhamos em papel para o virtual, tivemos que aprender a usar ferramentas de aplicativos para fazer os termos que os pacientes precisam assinar, criar um novo jeito de agendar os pacientes, um novo jeito dos estagiários preencherem os formulários. A gente criou uma clínica virtual do nada!”

Na UPA, desde o início da pandemia, foram abertos 970 novos prontuários de usuários atendidos, foram mais de cinco mil procedimentos online neste período. O trabalho mediado por tecnologias da informação e comunicação (TICs) permitiu ampliar a oferta de atendimento psicológico a pessoas de outros lugares do Brasil e alunos da UEM de outros campi, que muitas vezes não tinham como ir a Maringá para serem atendidos.

Assim como a UPA, o NUMAPE/UEM também teve seu trabalho afetado pela pandemia. Em março de 2020, com o lockdown, o projeto da UEM e serviços voltados para a violência contra mulheres registraram uma diminuição de casos, por diversos motivos, como a mudança dos protocolos de atendimentos da rede de serviços, que dificultou o acesso e contato com a população. No caso do Numape, a coordenadora divulgou o atendimento remoto e novos números de contato nos programas jornalísticos mais populares de Maringá e região, e aos serviços da rede especializada de atendimento às mulheres em situação de violência. Também foram realizadas publicações nas redes sociais do NUMAPE para informar os contatos dos serviços da rede. Depois disso, os casos começaram a chegar e em maior número. Esse aumento reflete o crescimento do número de casos de violência contra mulheres registrados no mundo todo. E não foi diferente com o NUMAPE e toda a rede de atendimento às mulheres.

Houve, inclusive, o aumento dos índices de feminicídios, que, como Gláucia explicou, revela o ponto final de vivências recorrentes de violências em que a rede não pode atuar na proteção desta mulher a tempo. Com a crise sanitária, econômica e social, o aumento do número de feminicídios revela, também, que as mulheres estão mais vulneráveis, não apenas em relação às medidas de isolamento social – muitas,



Glauca Brida na infância com a mãe, Alda (Arquivo pessoal)

inclusive, precisaram trabalhar presencialmente neste período -, mas principalmente pela falta de acesso às políticas de proteção social.

De uma maneira geral, Brida acredita que no percurso de toda mulher é essencial uma rede de apoio de mulheres. “Durante toda a minha formação, para trabalhar e estudar, eu tive essa rede. Agora, na pandemia, eu fui retomando esse lugar de rede, para cuidar de outras mulheres. Levar ao médico, fazer compras etc. Nesse sentido, a pandemia aumentou o trabalho das mulheres”, diz Glauca, mulher, professora e cientista.

CONFIRA A TERCEIRA TEMPORADA DO PODCAST “DONAS DA CIÊNCIA”, E OUÇA A HISTÓRIA DA ISADORA CONTADA POR ELA MESMA



Conheça Glauca Valeria Pinheiro de Brida, chefe adjunta do Departamento de Psicologia e coordenadora geral da Unidade de Psicologia Aplicada (UPA), que conta um pouco dos desafios das mulheres em suas vidas profissionais.

O conteúdo desta página foi produzido por

Texto: Rafael Donadio

Arte: Murilo Mokwa

Revisão: Ana Paula Machado Velho

Supervisão de Arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior

Delton Aparecido Felipe: a construção de um cientista negro

O professor dedica não só sua carreira, como também a sua vida, pela luta da população negra no Brasil

Texto: Rafael Donadio



“Você precisa lembrar que, em nenhum momento, estamos falando da sua capacidade intelectual, nós estamos falando de oportunidades. Você vê quantas pessoas como você por aqui?”. Foi com esse questionamento que a professora Teresa Teruya, do Departamento de Teoria e Prática da Educação, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), colocou um ponto de interrogação sobre as cotas raciais na cabeça de Delton Aparecido Felipe, que, naquele momento, era graduando do curso de História.

A conversa com a professora da disciplina de Didática deixou o estudante inquieto e nervoso, porque, até então, ele ainda era apegado ao estereótipo de “negro inteligente”, que carregou durante os ensinamentos fundamental e médio. Voltou para casa e, indignado, disse a sua mãe que as cotas eram um absurdo, porque ele era tão inteligente quanto qualquer outro. Ao que ela respondeu: “Mas, Delton, eles estão falando de inteligência?”. Ele, ainda indignado, respondeu que havia estudado muito e tinha conseguido chegar à universidade sozinho. Calmamente, ela lhe fez outra pergunta: “Mas você conseguiu sozinho?”, e ela mesmo respondeu: “Você teve bolsa, teve pessoas que arcaram com a sua educação, inclusive eu. Achar que isso é ‘conseguir sozinho’ não é um pouco demais?”.

Foi o suficiente para que Delton passasse não só a entender e a enxergar mais claramente a importância das cotas raciais, como também o levou a dedicar sua carreira e sua vida à luta da UEM pela população negra no Brasil. Esse processo levou o graduando a estudar a história e a cultura afro-brasileira, tentando entender o racismo e o racismo epistêmico (significado no fim do texto). O primeiro passo foi trabalhar, durante a iniciação científica, com a história da África do Sul, a partir do cinema, abordando o racismo e o apartheid. Naquele momento, ainda era difícil, para ele, falar sobre o Brasil, já que, conseqüentemente, abordaria o racismo que ele mesmo sofria. Mas, obviamente, ao fazer reflexões sobre o preconceito racial do país africano, muitos questionamentos sobre ele vieram à tona.



Delton Aparecido Felipe (ASC/UEM)

Terminado o curso, logo entrou no mestrado, em educação, na UEM, na área de ensino, aprendizado e formação de professores ([Dissertação defendida no mestrado](#)). E não poderia ter escolhido outra pessoa como orientadora que não fosse a professora Teresa Teruya. Ali, mais uma vez ela impactou a vida e o trabalho do agora mestrando, lhe dando uma dica que acabou se tornando uma premissa em sua carreira profissional: “Ela me dizia que eu não deveria reproduzir discursos, mas produzir saberes para fortalecer não só a mim, mas também o meu povo. Ela dizia muito que eu tinha uma responsabilidade com o ‘meu povo’”, relata Delton. E arremata, dizendo que o(a) intelectual ou cientista negro(a) entende que própria produção de conhecimento é uma produção que se faz no coletivo e tem uma responsabilidade social.

“Reproduzir discursos” seria perpetuar a produção científica ocidental, que foi desenvolvida a partir do olhar da Europa do século XIX, determinando qual é o corpo que pode ocupar espaço, construindo posicionamentos sociais e colocando o homem europeu como centro.

Uma produção de conhecimento fruto de sociedades que privilegiam algumas raças em detrimento de outras. No caso do Brasil e de diversos outros países americanos e europeus, essa distinção favorece os brancos e desfavorece negros e indígenas. Racismo Estrutural é o termo usado para apontar a existência desse sistema racista.

No vídeo abaixo, o Conexão Ciência explica o que é racismo estrutural:



Depois da defesa da tese de mestrado, o historiador, automaticamente, entrou no doutorado, em 2010, e mais uma vez, na UEM (Tese defendida no doutorado). Em 2013, participou do I Congresso de Pesquisadores/as Negros/as (Copene) da Região Sul, o que foi muito impactante para o doutorando, porque Delton, que sempre se sentia sozinho na UEM, pois, na época, tinha pouquíssimos professores negros, viu, pela primeira vez, um lugar com centenas de pesquisadores como ele. Em todas as apresentações e conversas, parecia que estavam discutindo sobre conhecimentos que falavam sobre ele ou sobre aqueles que conhecia, de uma produção que importa, uma produção do chamado conhecimento orgânico, que fala para esse grupo. “Uma ciência que produz, mas uma ciência que não se pretende neutra. Objetiva, sim, mas neutra, jamais”, explica o historiador, pesquisador e professor da UEM.

Por isso, a partir daquele I Copene da Região Sul, com centenas de cientistas negros produzindo conhecimento que fortalece a população afro-brasileira, Delton passou a ter mais referências negras, o que o levou a tornar-se membro da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), onde, atualmente, é um dos diretores.

Ainda no doutorado, ele teve a experiência de estudar em Portugal, com uma professora angolana. “Fazer isso foi discutir questões referentes à história da África e da raça em Portugal, o que colaborou muito com a minha formação. Ali, eu não só tive contato com africanos, como também tive contato com indianos e filipinos, corpos que tam-

bém não estão nessa leitura de produção de conhecimento eurocêntrico”, relata Delton. Isso tudo fortaleceu ainda mais a ideia de que ele tinha uma responsabilidade no processo de “construção do cientista negro”, mostrando ser uma missão que demandava a responsabilidade de racializar a própria produção de conhecimento. Além de se estabelecer como corpo que pode ser referência para aqueles que querem produzir conhecimento a partir dessa questão da raça.

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES AFRO-BRASILEIROS (NEIAB)

O Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-Brasileiros (Neiab) surgiu em 2007 com o objetivo de ampliar o debate sobre as questões raciais. Ele foi criado a partir da reunião de alguns professores do Departamento de Ciências Sociais (DCS-UEM): Marivânia Conceição de Araujo (LINK DA MATÉRIA DA MARIVÂNIA), Eronildo José da Silva, Walter Luis de A. Praxedes, Luciano Gonsalves Costa e Rosangela Rosa Praxedes. Atualmente, é composto por estudantes e professores da graduação e pós-graduação da universidade que, além dos debates, também realizam eventos, organizam publicações, eventos, entre tantas outras atividades.

Voltando do velho mundo, Delton trabalhou na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), de Campo Mourão, até defender o doutorado, em 2014, no mesmo ano em que começou a trabalhar na UEM. Foi o período em que ele se reaproximou do Neiab. Esse grupo tem uma história de luta pelas cotas sociais, que começou em 2008, ao lado do Movimento Consciência Negra de Maringá, ano em que as cotas raciais da UEM foram convertidas em cotas sociais. O argumento era que, se tivesse cota para alunos de escolas públicas, teríamos, automaticamente, a entrada de alunos negros. Isso não se confirmou. Delton enfatiza que as cotas sociais tem como objetivo combater as desigualdades, enquanto as cotas raciais tem como objetivo combater o racismo. Elas têm funções distintas, por isso precisam existir conjuntamente. Essa foi retomada em 2016, pelo Neiab, ao lado do Coletivo de Juventude Negra Yalodê-Badá. A implantação aconteceu no Dia da Consciência Negra (20/11) de 2019.



Dia em que as cotas raciais foram aprovadas na UEM (ASC/UEM)

Delton explica a importância das cotas para as universidades: “A gente entende que uma universidade diversa produz conhecimento diverso, que atende à sociedade, que passa a se sentir mais representada. Sendo assim, a gente acaba aproximando a sociedade da universidade, já que, muitas vezes, as pessoas não sabem o que essas instituições produzem, elas não veem seus ‘filhos’ aqui, porque, historicamente, as universidades são padronizadas para o homem branco de classe média, média-alta. Então, essa luta por cotas na universidade também foi uma preocupação não só para que o corpo negro existisse na universidade, mas para que a gente tivesse uma universidade que produzisse conhecimento na sua diversidade”.

Na UEM, o professor passou a administrar a disciplina de História Afro-Brasileira. No Departamento de Direito, ficou responsável pela aula de História do Direito e logo começou a problematizar as questões raciais. Sendo o único negro do departamento, no período (com a professora Crishna de licença), Delton era constantemente confundido com os funcionários responsáveis pela limpeza do prédio. “Isso diz muito, também, como eles veem os corpos negros”, declarou o historiador, que, rapidamente, passou, também, a problematizar a situação. A partir de 2021, com a entrada de 27 alunos negros, por cotas raciais, no curso de Direito, ele não se sente mais sozinho naquele departamento.

No Neiab, existe, também, a luta pelas políticas de permanência, como a ajuda para alimentação, bolsas de extensão, bolsas para pós-graduação e tantas outras, que, inclusive, foram políticas que deram

ferramentas para que Delton estudasse, entrasse e continuasse na graduação e na carreira acadêmica, sempre com muita determinação, esforço e dedicação. Uma trajetória que fez com que ele, atualmente, se tornasse referência para outras dezenas, centenas ou milhares de alunos, professores e pesquisadores negros, não só dentro da UEM e em Maringá, mas também no Brasil e no mundo.

Além do reconhecimento dos cientistas, pesquisadores e outras pessoas ligadas ao mundo acadêmico, Delton recebeu duas condecorações em 2019 e 2020. A indicação para o Troféu Consciência Negra, em 2019, foi a primeira. Uma homenagem, oferecida pela Gerência de Promoção da Igualdade Racial da prefeitura de Maringá, aos cidadãos maringaenses que têm atuado na questão racial. A segunda foi a indicação a Paraninfo da Colação de Grau Conjunta de 26 cursos das Ciências Agrárias, Exatas, Saúde, Humanas, Letras e Artes de 2019.

Assim como a produção de conhecimento de intelectuais e cientistas negros se faz no coletivo, ele fez com que a indicação dele para Paraninfo se tornasse uma escolha coletiva. Delton levou a mãe, Teresa Fátima Felipe, para homenagem e sentou ao lado dela na mesa de honra do evento. “Isso era importante para mim, porque na época em que eu me formei e fiz a colação de grau, a gente não tinha dinheiro para pagar uma passagem para que a minha mãe viesse, então ela não viu a minha colação. Então, a primeira vez que ela viu uma colação de grau foi entrando comigo”, declara o mais velho dos três filhos de Dona Teresa. “Uma mulher preta, pobre e que durante anos trabalhou como boia-fria”, como ele mesmo a descreveu durante o discurso.

Assim que a placa de homenagem foi entregue a Delton, ele a entregou à sua mãe, em agradecimento e também como um prêmio a ela e todas as outras mulheres negras que mantêm grande parte das casas de pessoas negras no Brasil. Para ele, o gesto foi uma forma de estabelecer uma ideia de que pessoas como Dona Teresa e como ele precisam estar nesse espaço (da universidade e da sociedade). Os formandos também proporcionaram, naquela noite, o que o professor descreve como um momento auge da carreira, ao baterem palmas e também os pés na madeira do piso, reverberando o alvoroço e toda a



Delton e a mãe, Teresa Fátima Felipe, na Colação de Grau Conjunta de 26 cursos das Ciências Agrárias, Exatas, Saúde, Humanas, Letras e Artes de 2019, em que ele foi Parainfo (ASC/UEM)

admiração pelo professor pela arena coberta do Parque de Exposições Francisco Feio Ribeiro.

“Foi dentro desse caminhar, dessa trajetória, que eu me construí como cientista negro, que se preocupa com uma produção acadêmica, sim, mas que também tem um compromisso ético e estético com a sociedade e com a diversidade”, conclui Delton.

Racismo epistêmico: quando apenas, ou em grande medida, apenas autores brancos defensores do sistema (conhecimento eurocêntrico) ocupam os currículos das universidades, também impedindo que autores negros(as) e indígenas ocupem os currículos universitários e os currículos das escolas dos ensinos fundamental e médio.



**CONFIRA O PODCAST IGUALDADE E
CIÊNCIA, EM QUE DELTON CONTA A
SUA HISTÓRIA DE VIDA:**

O conteúdo desta página foi produzido por

Texto: Rafael Pinto Donadio

Revisão: Ana Paula Machado Velho

Edição de vídeo: Thamiris Rayane Saito

Arte: Murilo Mokwa

Supervisão de Arte: Tiago Franklin Lucena

Edição Digital: Gutemberg Junior

Equipe UEM

Conheça nossa equipe multimídia do Conexão Ciência – C²!

Equipe UEM



Débora de Mello Sant'Ana
COORDENADORA GERAL

Minha Conexão com a Ciência é como com os meus óculos, me ajudam a ver melhor o caminho a ser trilhado e também entender o mundo ao meu redor.



Ana Paula Machado Velho
COORDENADORA

Minha conexão com a Ciência é por meio da palavra, por meio dela me conecto com o conhecimento e com quem precisa se aproximar dele



Tiago Franklin Lucena
PROFESSOR ORIENTADOR

Minha conexão com a Ciência acontece com a inspiração de artistas-engenheiros como DaVinci, pelo Teatro da Anatomia de Versalius e pela curiosidade que é o combustível de diversos outros artistas e cientistas.

Bolsistas graduados em Comunicação



Gutembergue Barbosa Junior
BOLSISTA GRADUADO EM
COMUNICAÇÃO

Minha Conexão com a Ciência é inovar a forma como cada pessoa pode entrar em contato com o universo da descoberta e da pesquisa.



Rafael Pinto Donadio
BOLSISTA GRADUADO EM
COMUNICAÇÃO

Minha conexão com a Ciência acontece por meio da curiosidade, que me leva a novos conhecimentos e me auxilia a entender e me entender melhor dentro de diferentes contextos.

Bolsistas estudantes de graduação em Comunicação



Andressa Andrade
BOLSISTA ESTUDANTE

Minha conexão com a ciência visa o entendimento das pluralidades culturais e sociais, para que, assim, eu possa refletir sobre elas nos meios de comunicação.



Any Carolyn C. Veronezi
BOLSISTA ESTUDANTE

Minha conexão surge na junção de arte com a ciência, em que elas espalham entendimento para diversas pessoas, de culturas diferentes ou não; essas expressões podem ir de continente a continente levando consigo informação.



Beatriz Kruse
BOLSISTA ESTUDANTE

Minha conexão com a ciência parte de uma profunda sensibilidade com o mundo que me cerca; a curiosidade de buscar, analisar e compreender me proporciona uma visão única e redentora do meu redor



Ingrid Lívero
BOLSISTA ESTUDANTE

Minha conexão com a ciência é multidirecional, acontece pelas muitas formas de linguagem que me auxiliam a me expressar e a entender o que é expressado, seja uma palavra, uma imagem, uma nota musical ou um grande entrecruzamento de todas essas formas de dizer e ser no mundo.



Karoline Yasmin
BOLSISTA ESTUDANTE

Minha conexão com a Ciência é uma busca por conhecimento e poder compartilhar com as outras pessoas, da melhor forma possível, aquilo que eu aprender.



Maria Eduarda Oliveira
BOLSISTA ESTUDANTE

Minha conexão com a Ciência está na crença de que todo conhecimento produzido e adquirido por meio dela é uma possibilidade de transformar tudo e todos.



Milena Massako Ito
BOLSISTA ESTUDANTE

Minha conexão com a Ciência está na constante procura por explicações sobre os acontecimentos que ocorrem no mundo todo e afetam a vida de tantas pessoas.



Milena Plahtyn
BOLSISTA ESTUDANTE

Minha conexão com a ciência é por meio da cultura, entendendo que ambas são indissociáveis para a criação de modos de vida mais interessantes, inventivos e profícuos.



Murilo Mokwa
BOLSISTA ESTUDANTE

Minha conexão com a Ciência é a existência diária, respirando, buscando entender e se interessando pelo mundo à nossa volta. É a possibilidade de compreensão e, por meio da arte, a reinterpretação. A ciência é a peça chave do questionamento.



Thamiris Rayane Shimano Saito
BOLSISTA ESTUDANTE

Minha conexão com a Ciência é a busca por um conhecimento que possa contribuir para o desenvolvimento da sociedade de forma efetiva, criativa e prática.



Valéria Quaglio da Silva
BOLSISTA ESTUDANTE

Minha conexão com a Ciência está em compreender como o mundo funciona e como o conhecimento pode mudar a vida das pessoas.

APOIO

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

*Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná*

